

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAMILA SAUTE TORRESINI

**DO TERCEIRO MUNDO AO SUL GLOBAL: O DEBATE ENTRE AS
PERSPECTIVAS NAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Porto Alegre

2016

CAMILA SAUTE TORRESINI

**DO TERCEIRO MUNDO AO SUL GLOBAL: O DEBATE ENTRE AS
PERSPECTIVAS NAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Reis da Silva

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Torresini, Camila Saute

Do Terceiro Mundo ao Sul Global: o debate entre as perspectivas nas diretrizes da política externa brasileira / Camila Saute Torresini. -- 2016.

80 f.

Orientador: André Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Terceiro Mundo. 2. Sul Global. 3. Política externa brasileira. I. Silva, André Reis da, orient. II. Título.

CAMILA SAUTE TORRESINI

**DO TERCEIRO MUNDO AO SUL GLOBAL: O DEBATE ENTRE AS
PERSPECTIVAS NAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Reis da Silva – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

Prof^a. Dra. Silvia Feraboli
UNIRITTER

AGRADECIMENTOS

Gostaria de reconhecer o apoio de pessoas e de entidades que contribuíram para a conclusão desta etapa, agradecendo a todos que me acompanharam, de forma ou outra, durante essa trajetória. Em primeiro lugar, sou grata a minha família, que sempre foi meu porto seguro, em especial ao meu pai, a minha mãe e a minha avó, que nunca mediram esforços em proporcionar as melhores condições para que eu me dedicasse aos estudos. Agradeço pela presença, pelo interesse e pelo apoio, constantes não apenas durante a faculdade, mas em todo o meu caminho até aqui.

Dentro do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sou grata aos professores que tive por me transmitirem o seu valioso conhecimento. Dentre eles, agradeço, sobretudo, meu orientador Prof. André Reis da Silva pelo estímulo e pelo suporte neste feito, além de pelo seu entusiasmo em lecionar as disciplinas que me apresentaram a Política Externa Brasileira. Agradeço também o Prof. Fábio Costa Morosini por me acolher em seu grupo de pesquisa “Direito, Globalização e Desenvolvimento” em 2014, a partir do qual passei a me interessar pela temática do Brasil e o Sul. Além disso, agradeço o Prof. Luiz Faria e a Prof^a Silvia Ferabolli pela avaliação deste trabalho. Também sou grata aos funcionários desta Faculdade pelo auxílio prestado, particularmente à Fabiana Westphalen pela disposição e pelo cuidado ímpar.

Para além da minha formação acadêmica, estar na UFRGS me proporcionou experiências incríveis de crescimento pessoal, através da convivência com diferentes realidades e do compromisso social próprio da Universidade. Nesse sentido, agradeço aos colegas de pesquisa e de extensão e aos amigos que a turma 9 me trouxe, com quem aprendi muito ao longo destes cinco anos, particularmente à Gabriela Quevedo, por compartilhar alegrias e sonhos, e à Caroline Assis, pelos aprendizados e pela generosidade. Sou grata também às amigas de sempre, Juliana Horowitz e Sofia Tessler, que me acompanham desde antes de tudo isso, pela presença, pela torcida e pela cumplicidade.

Finalmente, agradeço as contribuições do povo e do Governo Federal brasileiros durante esses últimos cinco anos, em que tive a oportunidade de ter acesso a um ensino superior público de qualidade em uma das melhores Universidades do país. Busco e continuarei buscando retribuir a essa sociedade o investimento feito em mim durante esse tempo.

*[...] porque en realidad, nuestro norte es el Sur.
No debe haber norte, para nosotros, sino por
oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos
el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa
idea de nuestra posición, y no como quieren en el
resto del mundo.*

Joaquín Torres García

RESUMO

O presente trabalho problematiza o ponto de inflexão da transição entre as ideias de Terceiro Mundo e de Sul Global no caso do Brasil, tendo como principal objetivo analisar a transposição deste debate conceitual à esfera da política externa brasileira (PEB), de modo a identificar tal marco transitório nas diretrizes da estratégia diplomática do país. Assim, especificamente, busca-se: a nível internacional, revisar o debate acadêmico entre ambas as ideias para se compreender tal transição conceitual no contexto histórico das Relações Internacionais e, a nível nacional, analisar a dos dois termos nos discursos oficiais da PEB para se identificar os momentos em que cada um se expressou em suas diretrizes estratégicas. Para tanto, esta análise propõe como sua hipótese que o momento da transição entre essas ideias nas diretrizes da PEB ocorreu na segunda metade da década de 1990, quando o fim da bipolaridade somado ao processo de globalização já em curso passaram a demandar uma nova abordagem sobre o sistema internacional, à qual o país buscou se adaptar. Nesse sentido, a metodologia utilizada consta do estudo empírico de fontes primárias e da revisão bibliográfica de fontes secundárias especializadas, que sustentam as considerações apresentadas ao desfecho desta análise, onde se procura refletir sobre o posicionamento do Brasil no sistema internacional frente à reconfiguração da ordem internacional que se deu entre o final do século XX e o início do século XXI.

Palavras-chave: Terceiro Mundo. Sul Global. Política externa brasileira.

ABSTRACT

This paper discusses the point of inflection of the transition between the ideas of Third World and Global South in Brazil's case. It has as its main objective the analysis of the transposition of this conceptual debate to the sphere of the Brazilian foreign policy so as to identify such transitional mark in the guidelines of the country's diplomatic strategy. Specifically, it aims, at the international level, to review the academic debate between both ideas in order to understand such a conceptual transition in the historical context of the International Relations and, at the national level, to analyze the expression of the two terms in the official speeches of the Brazilian foreign policy in order to identify the moments in which each of them is expressed in its strategic guidelines. Accordingly, this analysis proposes as its hypothesis that the inflection point regarding the transition of these ideas in the foreign policy guidelines occurred in the middle 1990s, when the end of the bipolarity along with the process of globalization in course required a new approach on the international system, to which the country sought to adapt. In this sense, the methodology is based on empirical study of primary sources and on bibliographical review of specialized secondary sources, which sustain the considerations presented by the closure of this analysis in the quest for a reflection on Brazil's positioning towards the international system. This reconfiguration began between the end of the twentieth century and the beginning of the twenty-first century.

Key words: Third World. Global South. Brazilian foreign policy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O DEBATE CONCEITUAL EM TORNO DA REESTRUTURAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL	11
2.1	O Terceiro-Mundo	11
2.2	O Sul Global.....	21
3	DO TERCEIRO MUNDO AO SUL GLOBAL NAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	35
3.1	A posição periférica do Brasil no Terceiro-Mundo	35
3.2	O Brasil como um dos líderes do Sul Global.....	45
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Na medida em que os atores do sistema internacional vêm pressionando por uma maior voz no sistema internacional e introduzindo normas e práticas que estão a – ou que pretendem – remodelar tanto instituições formais quanto informais de governança global, o debate existente em torno das ideias de “Terceiro Mundo” e de “Sul Global” se faz corrente no âmbito das Relações Internacionais. Percebendo a existência de uma estreita relação entre ambos os conceitos, que se estabelece conforme pontos de vista diversos no meio acadêmico, o presente trabalho problematizou o ponto de inflexão da transição entre as ideias de Terceiro Mundo e de Sul Global na estratégia da política externa brasileira (PEB), tendo como principal objetivo analisar a transposição do debate entre estes termos ao caso brasileiro, de modo a identificar tal marco transitório nas diretrizes da estratégia diplomática do país. Especificamente, buscou-se: a nível internacional, revisar o debate acadêmico entre o Terceiro Mundo (i) e o Sul Global (ii) para se compreender tal transição conceitual no contexto histórico das Relações Internacionais e, a nível nacional, analisar a expressão das ideias de Terceiro Mundo (iii) e de Sul Global (iv) nos discursos oficiais da PEB para se identificar os momentos em que cada uma se expressou em suas diretrizes estratégicas. Para tanto, este trabalho teve como hipótese que o ponto de inflexão quanto à transição desses conceitos nas diretrizes da PEB ocorreu na segunda metade da década de 1990, quando o fim da bipolaridade somado à globalização já em curso demandaram uma nova abordagem sobre o sistema internacional, à qual o país buscou se adaptar.

Nesse contexto, a metodologia utilizada se caracterizou pela abordagem qualitativa e indutiva dos dados estudados através do estudo empírico de fontes primárias, com destaque para os discursos presidenciais e ministeriais do Brasil constantes nas *Resenhas de Política Exterior do Brasil* e no *Brasil nas Nações Unidas*¹, e da revisão bibliográfica de fontes secundárias, com base em autores especializados de variadas nacionalidades, áreas do conhecimento e tendências teóricas. No entanto, nesse sentido, cabe notar uma limitação metodológica da pesquisa no que tange ao campo teórico das Relações Internacionais, o qual, por contar com uma gama restrita de teorias consensualmente

¹ Quanto a este último documento, vale lembrar que a sua importância reside no fato de o Brasil ser tradicionalmente o primeiro país a se pronunciar nas aberturas das Assembleias Gerais da ONU, que ocorrem desde 1946 (CORREIA, 2007). Desta forma, entende-se que a expressão desses discursos seja fundamental à análise histórica das diretrizes da política externa brasileira.

aceitas pela academia, foi complementado pelas visões de autores de outras áreas das Ciências Sociais.

Assim, esta pesquisa se justifica por aliar conhecimentos de outras áreas de estudo ao campo das Relações Internacionais, enriquecendo a interpretação realizada quanto às reconfigurações do sistema internacional e ao conseqüente surgimento de ambos os conceitos como reações ao domínio epistemológico das grandes potências no sistema internacional. Além disso, buscou-se também trazer à tona o debate acadêmico quanto capacidade explicativa dos conceitos de Terceiro Mundo e de Sul Global, elucidando-se a compreensão de termos que se referem a inúmeros Estados e a significantes parcelas da população do planeta. Ao se considerar a dimensão da PEB, esta análise também se justifica por promover uma discussão recentemente muito importante em termos da estratégia de política externa de um país emergente como o Brasil. Isso ocorre em um momento de grave instabilidade política interna, em que as recentes diretrizes da PEB têm sido criticadas, dentre outras razões, pela aproximação ao eixo Sul-Sul, havendo propostas de substituição dessa lógica pela tradicional ênfase na associação aos países desenvolvidos.

Assim, este trabalho foi organizado em três outras seções, além da presente introdução. A primeira delas, *O debate conceitual em torno da reestruturação da ordem internacional*, discorre sobre as transformações relativas na distribuição de poder no sistema internacional, que levaram à conformação do Terceiro Mundo na segunda metade dos anos 1950 e, posteriormente, ao surgimento da noção de Sul Global a partir da primeira metade da década de 1980. Nesse sentido, traça-se um panorama sobre algumas das ideias defendidas por autores de distintas correntes das Ciências Sociais e de diversas nacionalidades, de forma a se compreender o debate acadêmico em torno dessa transição no contexto internacional até os dias atuais, verificando-se origem, definição, legitimidade e duração (quando aplicável) dos conceitos. Já a segunda seção deste trabalho, *Do Terceiro-Mundo ao Sul Global nas diretrizes da Política Externa Brasileira*, traz a análise mencionada ao nível nacional, buscando identificar os momentos em que cada ideia teve expressividade na estratégia da PEB, através de um apanhado histórico que se estende especificamente entre 1961 e 2016. A partir disso, as *Considerações Finais* deste estudo retomam os aspectos da análise, a fim de compreender a transposição do debate conceitual em torno do Terceiro Mundo e do Sul Global às diretrizes da PEB sob a ótica da hipótese levantada inicialmente neste trabalho.

2 O DEBATE CONCEITUAL EM TORNO DA REESTRUTURAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL

Esta seção está dividida em duas subseções, que visam a compreender a transição entre as ideias de Terceiro-Mundo e de Sul Global no contexto histórico internacional. Para tanto, expõe-se os debates em torno das ideias de Terceiro-Mundo e de Sul Global através do pensamento de autores especializados, de áreas do conhecimento, tendências teóricas e nacionalidades distintas, quanto às mudanças conjunturais do sistema internacional no período pós-Guerra Fria. Inicialmente, traz-se a discussão acadêmica em torno do Terceiro Mundo para, então, compreender-se a ascendência da ideia de Sul Global no campo das Relações Internacionais. Assim, abarcando também pontos de vista de autores de outras áreas das Ciências Sociais, bem como de diversas nacionalidades, busca-se estabelecer um panorama quanto a essa temática, com base na verificação dos seguintes aspectos: origem, definição, legitimidade e duração (quando aplicável).

Desde o seu surgimento, sempre houve grande debate em torno de ambos os conceitos, de forma que, ainda hoje, existem diversas interpretações, cujas finalidades acabam por muito se relacionar a categorias sociais – interesses, poder ou classes –, ou a visões de mundo particulares (HURRELL, 2013). No que tange ao século XX, a partir de cujos meados se estabeleceu o início do marco temporal deste trabalho, muitos conceitos foram usados para se referir a um grupo de países que, em razão de seu histórico secular, acabou por se posicionar sempre às margens da distribuição de poder no sistema internacional. Nesse contexto, surgiram ideias como a de Terceiro Mundo e, posteriormente, a de Sul Global, refletindo o ímpeto – e certa capacidade enfim adquirida – dessas nações de questionar o *status quo* da ordem em que se inseriam.

2.1 O Terceiro-Mundo

A partir dos anos 1950, o processo de rearticulação do sistema internacional, que ocorria na época da Guerra Fria, levou à reestruturação das relações entre os países que o compunham, bem como à criação de contradições na ordem internacional do período pós-II Guerra Mundial, ao questionar o *status quo* do sistema mundial que se configurava no contexto da Guerra Fria. Foi nesse período que surgiu a ideia de “Terceiro Mundo” que, desde sua origem, sempre foi – e ainda é – objeto de discussão no quadro das Relações Internacionais, como se poderá perceber a seguir. Nesse sentido, esta subseção expõe

ambas as perspectivas históricas que versam sobre o termo, a fim de contextualizar as implicações de tal ideia na prática, e aborda, enfim, as discussões acadêmicas quanto à origem, à definição, à legitimidade e à duração do conceito nesta área de estudos, presentes até os dias atuais.

A presente análise identifica duas perspectivas quanto à origem do Terceiro Mundo, com suas respectivas definições. Em 1952, o economista, antropólogo e demógrafo francês Alfred Sauvy propôs que o termo, em alusão ao Terceiro Estado da Revolução Francesa (representante do povo), aparecia como uma alternativa aos países que se posicionavam contra o alinhamento político a um dos polos da Guerra Fria². Vale observar que tal analogia, como apontado pelo antropólogo norueguês Thomas Eriksen (2015), não significava necessariamente uma associação do Primeiro Estado ao Primeiro Mundo capitalista e o Segundo Estado ao Segundo Mundo socialista – inclusive, porque esta última relação particularmente nem faria sentido. De qualquer forma, essa visão pressupunha a contraposição entre as ideologias socialista e capitalista da Guerra Fria, ao considerar a divisão geográfica do globo entre Leste e Oeste. Com base nessa visão de mundo, muitos autores ocidentais passaram a considerar que o Primeiro Mundo compreendia os países capitalistas: Estados Unidos (EUA) e aliados; o Segundo Mundo, as nações socialistas: União Soviética (URSS), China e aliados; e o Terceiro Mundo, os países neutros e não-alinhados a quaisquer das duas ideologias, localizados na África, Ásia e América Latina.

Posto que não apenas a política, mas também a economia do planeta se alterava na tentativa de acompanhar os eventos que ocorriam diante do sistema internacional, de forma a influenciar as percepções de mundo da época, anos mais tarde se passou a notar uma hibridização entre a perspectiva político-ideológica e o pensamento econômico da época quanto à noção de desenvolvimento. Assim, com base na essência da visão de mundo anterior, pode-se dizer que o sociólogo estadunidense Irving Horowitz, em sua obra *Três Mundos do Desenvolvimento* (1966), complementou a perspectiva ocidental, ao sugerir que o Terceiro Mundo consistia naqueles países considerados subdesenvolvidos pelos mais ricos, em razão de características tais quais baixos índices de desenvolvimento econômico e de expectativa de vida e altas taxas de pobreza e de doenças. Afinal, passava a exercer

² No século XVIII, época do final do Antigo Regime da França, a convocação da Assembleia dos Estados Gerais, em que se representariam as três classes identificadas na sociedade francesa à época, deu origem à perspectiva dos três Estados: o Primeiro referia-se à nobreza, o Segundo, ao clérigo e o Terceiro, ao povo (HOBBSAWM, 1962).

importante influência no pensamento ocidental da época a ideia de que o crescimento econômico ocorria somente através da industrialização e era impedido por questões internas à cada sociedade, justificando-se, assim, o retrocesso de umas em relação a outras. A exemplo do êxito com o Plano Marshall, propunha-se a mesma lógica de intervenção internacional, desta vez por parte do grupo de países do Primeiro Mundo capitalista naqueles vistos por estes como em desenvolvimento e incapazes de conquistar tal condição por conta própria.

Desse modo, os países ricos passaram a se utilizar da ideia dos níveis de desenvolvimento como pretexto para a aproximação às nações mais pobres, na tentativa de cooptá-las para o seu lado político durante a Guerra Fria. Estas últimas eram vistas como aliadas em potencial tanto ao Primeiro quanto ao Segundo Mundo, de modo que tanto EUA quanto URSS fizeram grande esforço para estabelecer conexões com tais países, oferecendo-lhes apoio econômico e militar para lograr alianças estrategicamente localizadas no globo (SILVA; SPOHR; SILVEIRA, 2016). Dessa forma, a presente análise entende que a noção de desenvolvimento passava a ser concebida pelos tomadores de decisão de muitos Estados segundo uma lógica positivista de etapas, que pressupunha que o Terceiro Mundo deveria passar por fases de desenvolvimento para alcançar o patamar das grandes potências, ideia claramente ilustrada nos “cinco estágios de desenvolvimento” propostos pelo cientista político e economista estadunidense Walt Rostow em 1960.

Em paralelo, surgia também a ideia dos “Três Mundos” desenvolvida pelo líder político chinês Mao Zedong que, embora trazendo noção semelhante à da teoria ocidental supracitada e compartilhando de algumas semelhanças com esta, tornava central em sua concepção a divisão do mundo segundo padrões de exploração e, conseqüentemente, de desenvolvimento. Segundo o cientista político chinês, Samuel Kim (1984), nesse modelo, o Primeiro Mundo consistia apenas nas duas superpotências em concorrência predatória, o Segundo Mundo, nos demais países do considerados desenvolvidos – Europa, Japão e Canadá – e o Terceiro Mundo, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento da África, da América Latina e do resto da Ásia, que partilhavam de características como populações em crescimento e vastos recursos naturais, mas também pobreza e poder político pouco expressivo. Assim, embora essa visão também considerasse a bipolaridade político-ideológica do sistema internacional, já que reconhecia a disputa entre EUA e URSS dentro de um Primeiro Mundo, esteve mais voltada à crítica quanto à opressão econômica das nações menos favorecidas no sistema internacional – já ou ainda então

colonizadas – que comporiam o Terceiro Mundo, dentre elas, a China. No âmbito dessa ideia foram idealizados pelo Ministro das Relações Exteriores da China Zhou Enlai “cinco princípios de coexistência pacífica”, que se resumiam em: respeito mútuo pela integridade e soberania territorial alheia; não-agressão mútua; não-interferência mútua nos assuntos internacionais alheios; igualdade e benefícios mútuos; e coexistência pacífica. Esses preceitos, apresentados nos acordos sino-indianos sobre o Tibete em 1954, logo se disseminaram para além da Ásia, e países que, tanto conforme a perspectiva ocidental quanto segundo a visão chinesa, eram vistos como a escória do sistema internacional acabaram por se reunir e legitimar suas reivindicações teriam influência futura para (GILLESPIE, 2004; KIM, 1984; OGUNSANWO, 1974).

Foi nessa conjuntura que ocorreu a Conferência de Bandung de 1955, considerada neste trabalho como o primeiro evento que reuniu países afro-asiáticos, colocando em pauta o destino de uma força política mundial que emergia no sistema internacional, na busca por contestar o *status quo* da ordem internacional vigente. Compreende-se que o legado da Conferência vai além de seu pioneirismo no que tange à reunião desses países, posto que, em seu âmbito, foram documentados os “dez princípios de Bandung”: respeito aos direitos fundamentais; respeito à soberania e à integridade territorial das nações; reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações; não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos (autodeterminação dos povos); respeito pelo direito de defesa de cada nação; recusa de participação em defesa coletiva destinada a servir aos interesses das superpotências; abstenção de ato ou ameaça de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de outro país; solução de conflitos internacionais por meios pacíficos; estímulo a interesses mútuos de cooperação; e respeito pela justiça e pelas obrigações internacionais. Esses valores foram baseados na Carta da ONU e na proposta do Primeiro-Ministro indiano Jawaharlal Nehru – daí retomarem alguns dos princípios de coexistência pacífica que guiaram os acordos sino-indianos no ano anterior.

Com base nisso, em 1961, surgiu o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), a partir da Declaração de Belgrado (NEPAL, 2011). Essa articulação culminou na conformação de um movimento político que passou a postular por uma via alternativa de participação no sistema internacional, incorporando os valores propostos em Bandung. Além disso, o “terceiro-mundismo” também defendia a busca pelo desenvolvimento econômico, a descolonização e o desarmamento. Tais nações passaram, assim, a pleitear a

promoção da paz e da cooperação internacionais, bem como a reivindicar mudanças no sentido de maior igualdade no sistema mundial, visando a uma maior participação na tomada de decisões da agenda global. Ao questionar de maneira mais efetiva a bipolaridade do sistema internacional, esse grupo de países lançava as bases para a contraposição a uma divisão ideológica que já não mais fazia sentido, ao excluir aquela grande parcela de nações da dinâmica do sistema internacional daquela época. Enquanto para o economista egípcio Samir Amin (2014), tais iniciativas foram fruto da crítica de movimentos de esquerda, na época conduzida no âmbito dos partidos comunistas, em sua luta contra o imperialismo, para o historiador israelense Guy Laron (2004), consistiram de uma estratégia dos líderes afro-asiáticos de nações industrializadas para estabelecer alianças com países desindustrializados dentro deste contexto regional, os quais serviriam de mercado àqueles primeiros.

Na mesma década, conformou-se o Grupo dos 77 (G77) no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) que, em 1974, reuniu-se para firmar a Declaração sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Esse documento envolvia a ideia de que os países ricos eram desenvolvidos – e ainda o são, na opinião de autores neomarxistas – às custas do subdesenvolvimento e que reivindicava principalmente a alteração dos termos de troca no comércio internacional, com vistas à equalização de oportunidades neste sentido (G77, 1964; UN, 1974). Assim, pode-se dizer que a ascensão de um grupo de países que se tornaram cúmplices na busca por maior reconhecimento internacional dava origem a um novo padrão de relações internacionais, visando à multipolarização³ do sistema internacional.

Algumas décadas mais tarde, o fato é que os princípios de soberania, igualdade política e econômica e democracia do Terceiro Mundo não vingaram. Além disso, outros fatores contribuíram ao seu enfraquecimento, como a divergência sobre certos interesses e objetivos – e, inclusive, a ocorrência de alguns conflitos bilaterais – dentre as distintas nações envolvidas, a inevitável aproximação de algumas destas às grandes potências, a diminuição da disposição ao diálogo com os países desenvolvidos, a crescente diferenciação entre os países que o compunham – principalmente pela ascensão das

³ Na definição de Gilberto Sarfati (2005), a multipolaridade de um sistema teoricamente consta da tendência de conformação de agrupamentos em torno de alguns polos de poder, que se balanceiam entre si.

Economias de Industrialização Recente (NIEs)⁴ e, por outro lado, pelas crises internacionais das décadas de 1970 e de 1980, que assolaram parte do mundo em desenvolvimento. Atualmente, a maioria dos países do Terceiro Mundo são ex-colônias que, uma vez havendo conquistado suas independências, foram desafiados a construir instituições nacionais por conta própria, alguns pela primeira vez. Devido a essa condição comum, tais nações foram consideradas – e muitas ainda o são – economicamente “em desenvolvimento” durante a maior parte do século XX. Esse termo surgiu para se referir a países que não haviam se desenvolvido tanto quanto aqueles que compunham a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e que deviam ser considerados, portanto, em vias de desenvolvimento, conforme o que propunha a teoria ocidental predominante.

Havendo-se já exposto esse breve panorama histórico sobre como a ideia de Terceiro Mundo surgiu e caracterizou-se, fica claro que tanto a teoria ocidental quanto a teoria chinesa a respeito do Terceiro Mundo serviram para distintos propósitos nas diferentes regiões em que foram concebidas. Por um lado, percebe-se que o grande intuito do conceito chinês refletia a intenção do país de se realocar no sistema internacional, colocando-se na posição do “mais forte dentre os mais fracos”. Neste último caso, cabe notar a observação do sociólogo português Boaventura Sousa Santos (2014) de que a concepção chinesa surgiu justamente após o rompimento entre URSS e China, sendo evidente tal intenção nas palavras o cientista político chinês Zhimin Lin:

Como estratégia, tais princípios revelavam o desejo da China de criar uma coalizão unida, autoconsciente, anticolonialista e anti-imperialista entre países recém-independentes. Tal vasta coalizão era para manobrar a China para fora do isolamento e assegurar a sua posição de direito no mundo. Nesse sentido, a China conciliou diferenças ideológicas e estendeu as iniciativas políticas de reconciliação como forma de aproximar vários países do Terceiro Mundo. (LIN, 1989, p. 230, tradução nossa).

Por outro lado, deve-se lembrar que o modelo ocidental também teve um importante propósito, qual seja, submeter as nações menos favorecidas no sistema internacional a uma condição de inferioridade, transpondo ao plano teórico o que já houvera feito na prática. Afinal, dele se inferia que nem todas as sociedades progrediam

⁴ Conforme a definição de John Page (1994), o termo surgiu em virtude da eminência global dos chamados “quatro tigres asiáticos” (Hong Kong, República da Coreia, Taiwan e Singapura) nos anos 1970 e 1980, na medida em que tais economias de industrialização recente da Ásia passaram a apresentar intenso crescimento econômico em relação à média mundial desde a década de 1960.

por estágios semelhantes de desenvolvimento, havendo características singulares dos países periféricos no que tange as suas instituições e aos seus históricos de colonização exploratória. Como percebeu o economista cipriota Ozay Mehmet (2002), tal lógica negava a diversidade cultural existente nas culturas não-ocidentais, em cujas sociedades, os direitos de grupos e de comunidades costumavam se sobressair em relação ao individualismo, da mesma forma que a cooperação era mais valorizada do que a competição. Nesse sentido, ressalta-se a visão do antropólogo colombiano Arturo Escobar, que corroborou a percepção de que tal visão de mundo, ao dividir o globo entre três diferentes estágios de desenvolvimento, ignorava as particularidades de cada sociedade:

O desenvolvimento entrou em cena criando anormalidades (os “pobres”, os “desnutridos”, as “mulheres grávidas”, os “sem-terra”), anomalias que então se tratava de reformar. Buscando eliminar todos os problemas da face da Terra, do Terceiro Mundo, o que realmente conseguiu foi multiplicá-los até o infinito. Materializando-se num conjunto de práticas, instituições e estruturas, houve um profundo impacto sobre o Terceiro Mundo: as relações sociais, as formas de pensar, as visões de futuro ficaram marcadas indelevelmente por este ubíquo elemento. (1991⁵, p. 30 *apud* LANDER, 2005, p. 11).

Nas palavras do filósofo argentino Walter Mignolo, “o desenvolvimento e a modernização eram um mito para esconder o fato de que os países do Terceiro Mundo não podiam se desenvolver e se modernizar sob condições imperiais” (2011, n.p.). Nesse sentido, ganhava espaço na academia ocidental a noção de que os recursos fluuavam dos Estados subdesenvolvidos, que consistiam no que chamaram de “periferia”, aos países ricos, que compunham o que denominaram “centro”, de modo que estes últimos acumulavam riquezas às custas dos países pobres. O sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1974) dialogou com a visão de uma proposta alternativa à ordem internacional vigente na época, buscando retratar a realidade de um sistema econômico global cuja conjuntura, ao seu ver, já não mais se enquadrava facilmente nos termos supramencionados. Ao enxergar as mesmas condições de exclusão de certo grupo de países no sistema global, convergiu, assim, com a intenção daquele movimento de uma reformulação dos paradigmas no âmbito internacional.

Ainda no sentido de crítica à concepção do termo, o economista húngaro Peter Bauer, ofereceu uma definição alternativa ao Terceiro Mundo em 1981, descartando

⁵ ESCOBAR, Arturo. Anthropology and the development encounter: the making and marketing of development anthropology. *American Ethnologist*, [s.l.], v. 18, n. 4, p. 658-682, nov. 1991. Disponível em: <<http://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/hub/issue/10.1111/amet.1991.18.issue-4/>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

quaisquer critérios econômicos ou políticos e alegando o caráter arbitrário dessa categorização. A partir da constatação de que a grande diversidade de países considerados parte desse grupo variava muito em ambas as esferas mencionadas, ele concluiu que a única característica comum em todos os países desse grupo era que seus governos recebiam ajuda financeira ocidental.

No que tange à legitimidade do conceito *per se* de Terceiro Mundo, vale notar o posicionamento de autores que não concordam com o conceito, como é o caso do próprio Wallerstein (2004). Embora o autor tenha influenciado muitos especialistas que vieram a trabalhar em cima dessa ideia, em virtude do pensamento neomarxista do sociólogo, ele propôs a existência de um estágio intermediário de países no que tange ao desenvolvimento: a “semiperiferia”, refinando a crítica anterior. Para ele, o sistema econômico internacional era singular, daí não caber atribuir a ele uma ideia segregação em um contexto, ao contrário, de globalização e de interconexão que implicou a noção de um “sistema-mundo”. Desse modo, já durante a Guerra Fria, percebe-se que a legitimidade do conceito começava a ser questionada, fosse pela inadequação de uma separação em meio à globalização, fosse pela inexistência de uma identidade coletiva consistente dentre os países.

No entanto, dentre aqueles que, uma vez admitindo a existência do Terceiro Mundo, analisam a sua duração, há aqueles que consideram que, mesmo antes da queda do Muro de Berlim, tal ideia já não fazia mais sentido. Na visão de Laron (2004), tal decadência teria inclusive ocorrido antes desse episódio, tendo sido fruto de uma estratégia malsucedida de articulação entre seus líderes, de modo que o movimento teria durado apenas até meados dos anos 1960. Segundo o historiador turco Arif Dirlik, nessa década, o terceiro-mundismo tornava-se um “[...] *slogan* político central para a esquerda radical [...] dada a estreita associação do capitalismo com o imperialismo, o exemplo socialista exerceu uma influência significativa sobre os movimentos de libertação nacional que a ideia do Terceiro Mundo gerou” (2015, p. 13, tradução nossa). Contudo, ao seu ver, foi a partir da década seguinte que se pode notar o claro fracasso do movimento, sendo o declínio por que passou esse grupo de países até os anos 1980 o motivo da decadência do termo. Assim, também antes de 1991, percebe-se que a duração do conceito também começava a ser posta cheque, tanto pela falta de articulação entre os líderes dos países envolvidos quanto pela dificuldade daqueles países de colocar em prática seus princípios.

Em contrapartida, aos que acreditam que o conceito se tornou ultrapassado somente durante as décadas que sucederam a bipolaridade, a principal crítica é que as suas reivindicações político-econômicas passaram a não fazer mais sentido no contexto internacional desde então. Afinal, com o surgimento de novas dinâmicas no sistema mundial, a inadequação do termo se dá na medida em que o posicionamento que alguns destes países – no caso, os emergentes⁶ – lograram no sistema internacional não mais os torna dignos das mesmas reivindicações passadas:

[...] as principais potências emergentes são chamadas a abandonar o tratamento ou os estatutos especiais - em termos do sistema de comércio, estas devem se “graduar” da categoria de país em desenvolvimento; em termos de alterações climáticas, não devem se esconder atrás do princípio da "responsabilidade comum, mas diferenciada" do Protocolo de Quioto; e, em termos de direitos humanos, devem deixar de invocar ultrapassadas concepções terceiro-mundistas de estrita soberania como uma razão para a inação. Em outras palavras, elas devem deixar de usar o subdesenvolvimento, a pobreza, a história prévia de colonialismo ou de marginalidade histórica como “desculpas” para fugir de assumir as suas "responsabilidades" como grandes potências emergentes. (HURRELL, 2013, p. 205, tradução nossa).

Por outro lado, há autores que acreditam que a concepção de Terceiro Mundo ainda se expresse nos dias atuais, posto que muitos de seus países ainda dependem das nações desenvolvidas, seja por suas condições políticas, seja por sua situação econômica, e em que diversos dos problemas pleiteados durante a Guerra Fria ainda se fazem presentes em suas realidades. Mehmet (2002) entende que o Primeiro Mundo ainda se utiliza de suas teorias econômicas eurocêntricas para enriquecer às custas do Terceiro Mundo, na medida em que, ao seu ver, a lógica criada por seus propósitos nacionalistas e aplicada às grandes corporações opera nesse sentido⁷. Por sua vez, Escobar aponta que o conceito ainda faz sentido, mas se adaptado à realidade contemporânea, ao pensar a existência de “terceiros mundos” compostos por “vastos arquipélagos de zonas reduzidas a condições de vida precárias, muitas vezes (nem sempre) marcadas pela violência” (2004, p. 225, tradução nossa). Para Mignolo, “embora no atual estágio da globalização exista um Terceiro Mundo

⁶ Países emergentes se destacam dos demais países em desenvolvimento por haverem logrado certo destaque político-econômico em meio a tal grupo.

⁷ A época da Guerra Fria foi muito próspera em termos da criação e da difusão de modelos que passaram a ser utilizados para ocidentalizar o Terceiro Mundo, tais quais as tradicionais teorias econômicas de cunho clássico e neoclássico, para as quais culturas, instituições e contextos locais eram desconsiderados em um caminho padrão para o desenvolvimento econômico, ou mesmo vistos como barreiras para tanto. Ele entende que tal processo consiste em “reconstruir ou moldar o resto do mundo sob normas e instituições ocidentais. Central na ocidentalização é a ideia do desenvolvimento econômico como ‘progresso’ [...]” (MEHMET, 2002, p. 2, tradução nossa).

incluído no Primeiro [Mundo], o sistema interestatal e a “colonialidade do poder”⁸ organizando-o hierarquicamente ainda não desapareceram” (2002, p. 62, tradução nossa).

No mesmo sentido, Amin (2014) percebe que as preocupações da década de 1950 permaneceram essencialmente as mesmas desde então. O engajamento da periferia na construção de seus respectivos projetos nacionais autocentrados e descolados do sistema econômico capitalista é um objetivo que, não podendo ser realizado através do socialismo, deve ser buscado por meio da falsa alternativa de recuperação de seu atraso no caminho ao desenvolvimento diante do sistema capitalista globalizado. Afinal, para ele, a globalização não passava de “uma nova maneira pela qual a natureza intrinsecamente imperialista do sistema se afirma” (p. 225, tradução nossa). Porém, o autor vai além, ao sugerir uma atualização dessa ideia; para ele, Bandung protagonizou uma grande mudança no sistema internacional entre 1955 e 1980, o que chamou de “primeiro despertar do Sul”, ao fundamentar um projeto que viria a impactar profundamente os países que o compunham. Porém, nas três últimas décadas, ao seu ver, globalização vem configurando uma nova fase no sistema internacional, que vem a ser o “segundo despertar do Sul”. Nesse mesmo sentido de considerar a relação entre o Terceiro Mundo e o Sul, escrevendo poucos anos após a queda do Muro de Berlim, Kim apontou:

Desconstruir o simbolismo do Terceiro Mundo como uma força independente na política mundial, se levado longe demais, pode ser tão enganoso como as reivindicações anteriores, em nome da sua solidariedade de negociações. Uma crítica mais válida é normativa e conceitual. O termo "Terceiro Mundo" é cada vez mais contestado por aqueles que afirmam representá-lo, os quais preferem termos como "não-alinhamento" e "Sul" para aquela designação que veem como invariavelmente legitimadora de uma hierarquia no sistema político global. Sem rejeitar completamente esta crítica... o rótulo de "Terceiro Mundo" [persevera] em parte porque persiste em pronunciamentos políticos chineses e em parte porque é emblemático da identidade comum e da aspiração compartilhada que ainda vincula os países e os povos do pobre Sul em um esforço essencial, ainda que ilusório, para escapar da pobreza e do subdesenvolvimento. (1994, p. 129, tradução nossa).

Retomando a análise realizada ao longo desta subseção, este trabalho entende que as noções abordadas inicialmente quanto às origens e às definições do conceito de Terceiro Mundo, embora surgidas em momentos históricos semelhantes, serviram para fins diversos nas diferentes regiões em que foram elaboradas. No entanto, objetivos à parte, todas

⁸ Tal conceito reflete a difusão da dominação colonialista multifacetada, a qual legitima o eurocentrismo e impede a consolidação econômica e a possibilidade de desenvolvimento real dos países periféricos e semiperiféricos (QUIJANO, 2005).

chamaram a atenção para um terceiro grupo de países menos favorecido na ordem internacional, seja por seu desalinhamento político-ideológico, seja por sua desvantagem político-econômica em termos de desenvolvimento. Dessa forma, pode-se perceber a ascensão de uma força alternativa no campo das relações internacionais, que culminou na criação de um movimento político capaz de não apenas questionar a ordem vigente, como também de propor mudanças no sistema mundial da época, fortemente então dividido entre os poderes de duas superpotências.

Por isso, este trabalho considera inegável o legado do Terceiro Mundo, visto que os efeitos de importantes acontecimentos históricos envolvendo os seus países repercutem até os dias atuais. Assim, sublinha-se a relevância histórica desse conceito, corroborando-se a sua legitimidade diante da realidade em que surgiu e reconhecendo as marcas que os movimentos criados sob seu respaldo deixam até hoje na ordem internacional. Contudo, compreende-se que tanto a conotação político-ideológica quanto a perspectiva político-econômica antes a ele atribuídas não parecem fazer mais sentido no contexto atual do sistema internacional.

2.2 O Sul Global

Como se pode perceber, a menção às relações Sul-Sul já vinha se dando no âmbito das Relações Internacionais muito antes do surgimento da noção de um “Sul Global” propriamente dita, na medida em que tal conceito apareceu fortemente vinculado a ideias que já pairavam no ambiente internacional, como se verá a seguir. Assim como a perspectiva que o antecedeu, este termo é passivo de grande debate na esfera das Relações Internacionais. Nesse sentido, esta subseção se propõe a expor um breve histórico sobre o conceito, no intuito de situar as implicações de tal ideia na prática, para ultimamente tratar do debate acadêmico sobre suas origens, definição e legitimidade em tal campo de estudos. Observa-se que não se leva em conta aqui a ideia de duração, na medida em que se considera não haver questionamentos neste sentido, dada a contemporaneidade do conceito em análise.

Inicialmente, para se compreender as origens da ideia de um Sul Global vale retomar a ideia de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), na medida em que esse novo modelo de colaboração surgiu com a proposta de relações mais horizontais no sistema mundial, futuramente vindo a enfatizar as interações entre as nações do Sul.

Antes instrumento de exercício do poder hegemônico e da difusão de seus valores por meio da catalisação de processos de reforma nos países em desenvolvimento, a CID foi diretamente influenciada pelas transformações relativas na distribuição de poder no sistema internacional. Dessa forma, como percebe o cientista político espanhol Bruno Ayllón Pino (2013), as alterações em sua essência podem ser entendidas como um dos catalisadores do surgimento de um novo modelo de cooperação dentro desse contexto. Assim, a Cooperação Sul-Sul (CSS) surgia para representar relações que visavam à construção de um mecanismo que favorecesse o desenvolvimento sustentável dos Estados envolvidos, com base em laços históricos e geográficos que favoreciam a atmosfera de aprendizado e de cooperação nesse sentido (ABC, 2016; PNUD, 2016).

Em 1978, no âmbito do G77, a Unidade Especial para Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento se tornou Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul, adquirindo papel mais autônomo do que aquela que a antecedeu (UNDP, 1994). Desse modo, o Plano de Buenos Aires é considerado por este trabalho como o primeiro documento a fazer alusão a um Sul Global (ABC, 2016; UNOSSC, 2016). Para Santos (2014), a grande novidade desse grupo países, que havia sido criado em 1974, foi o que se pode considerar uma adaptação ao sistema econômico mundial. Afinal, para ele, o G77 constituiu-se em uma alternativa pós-colonial, mas dentro de uma lógica capitalista – diferentemente do espírito contestador do *status quo* presente nos movimentos anteriores, como o MNA e os socialismos africano e árabe (pan-africanismo e pan-arabismo, respectivamente).

A noção de existência de um Sul sugere, portanto, que tais nações passavam a enxergar o mundo sob uma perspectiva Norte-Sul, questionando, dessa forma, a bipolaridade de um sistema internacional ainda envolvido pela Guerra Fria. A partir dessa nova proposta de interação entre os países que passaram a gozar de uma posição intermediária no sistema internacional, como alternativa às relações internacionais que sempre envolveram prioritariamente os interesses das grandes potências, aponta-se a ideia enfatizada pelo cientista político inglês Thomas Muhr (2016) de que a cooperação no eixo Sul-Sul consistia em interdependência, em vez de em novas dependências, emancipando e liberando ideias do Terceiro Mundo.

No entanto, muitos estudiosos consideram que o termo Sul Global propriamente dito surgiu a partir dos *Relatórios da Comissão Independente sobre Questões de Desenvolvimento Internacional* de 1980 e de 1983, através dos quais o chanceler alemão

Willy Brandt propôs uma divisão de mundo Norte-Sul (QUILLIGAN, 2002). A chamada “linha de Brandt”, proposta nesses documentos, dividia o mapa do mundo entre ambos os hemisférios de acordo com o PIB *per capita* dos países, com base no paralelo 30°, porém de maneira entrecortada, adaptando exceções geográficas. Para Dirlík, tais documentos “anteciparam o fim da Guerra Fria, ao afirmarem a primazia das disparidades econômicas Norte-Sul sobre a divisão política Leste-Oeste que tinha colocado o mundo do capitalismo contra o mundo do socialismo” (2015, p. 8, tradução nossa). No entanto, o neokeynesianismo da Comissão Brandt recém surgia, quando foi rapidamente substituído pelas políticas econômicas neoliberais impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional durante a década de 1980, sob a égide do Consenso de Washington, que caracterizou o discurso da globalização nos seguintes anos 1990.

Nesse contexto, houve significativa diminuição da força e da coesão dos países do Sul, de modo que estes não tiveram outra alternativa, a não ser buscar o desenvolvimento através da economia capitalista global. Por isso, como aponta Dirlík (2015), se a parte “Sul” do termo pode ser atribuída a Brandt, nas décadas seguintes, “global” foi anexado para formar o termo composto atual, refletindo o discurso da globalização que se consolidava. Assim, a ideia de intensificação das relações de mutualidade no âmbito do Sul Global aparecia em contraposição às tradicionais relações em sentido único dos países desenvolvidos àqueles em desenvolvimento. Se, por um lado, tal conceito se adaptava à lógica de um sistema econômico capitalista, por outro, não deixava de desafiar os moldes dentro deste próprio contexto.

Foi nesse ínterim que, passado o clima de incertezas da década de 1990 que recém se recuperava das últimas implicações da Guerra Fria, surgiram grupos como os BRICS, o IBAS e o G20. Enquanto o MNA buscava, desde suas origens, abranger uma ampla gama de países sob os mesmos princípios que, como visto anteriormente, acabaram por não se aplicar a todos os envolvidos, as parcerias concretizadas entre os países dos novos grupos em questão tenderam a se conformar como coalizões de geometria variável⁹, caracterizadas pelas associações entre nações hoje chamadas emergentes e aquelas ainda consideradas como em vias de desenvolvimento.

O acrônimo BRICS, cunhado pelo economista estadunidense Jim O’Neill no âmbito do banco Goldman Sachs em 2001, em virtude de seu potencial econômico,

⁹ Lafer define o termo como alianças “possibilitadas por um mundo de polaridades indefinidas”, que consistem na melhor forma para gerar poder através da ação conjunta, pois permitindo ao país exercitar suas competências na defesa de seus interesses nacionais (2000, p. 264).

abrangeu as economias emergentes de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (O'NEILL, 2001). Acordos entre tais países foram assinados em diversos campos, sendo que os programas mais relevantes estiveram na área financeira, com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, o Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, todos em 2014. O primeiro deles, focado no financiamento a projetos de infraestrutura, investimentos que o Banco Mundial se recusava a fazer, e a mecanismos de cooperação entre os bancos de desenvolvimento nacionais. Já a segunda iniciativa, viabilizou a criação de um fundo de apoio em caso de dificuldades financeiras, permitindo aos países auxílio mútuo em caso de crises monetárias nacionais. Finalmente, o Banco Asiático consistiu na criação de uma instituição financeira internacional proposta pela China que contou com a associação de diversos países, tanto do Sul quanto do Norte.

No entanto, o grupo não oferece evidências sobre a formação de um bloco econômico em razão de identidades e de interesses que se contrapõem em alguns sentidos, para além da maior participação no sistema. Parece que os países ainda se mantêm juntos pela vontade dos membros, na teoria, e pela existência do banco recém-criado, na prática – onde a China ainda hoje tem participação extremamente majoritária. Ainda assim, vale notar que a aprovação dos EUA às cotas antigamente acordadas a tais países no âmbito decisório do FMI se deu na medida em que se passou a perceber que tais países poderiam tomar iniciativas por si próprios, acabando por se tornar uma grande conquista do Sul Global.

Posteriormente, porém, China e Rússia não demonstraram interesse em mudanças sistêmicas, além de apresentarem certas divergências com relação a causas defendidas pela comunidade do Sul, dadas as suas condições e posições por vezes mais avantajadas no sistema internacional. Assim, surgiu o Fórum de Diálogo IBAS, através da Declaração de Brasília de 2003 (CNPQ, 2003), que pode ser considerado a primeira instituição do Sul Global (SILVA, SPOHR; SILVEIRA, 2016). Também chamada de G3, já que é formada por Índia, Brasil e África do Sul, tal coalizão se constituiu em um espaço de diálogo para que os três países fossem capazes de abordar, além das questões abrangidas pelos BRICS, temas mais polêmicos, como ampliação das vagas no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), propriedade intelectual, meio ambiente, desarmamento e não-proliferação¹⁰,

¹⁰ Cabe notar, sobre este aspecto, a defesa ao direito de desenvolvimento de programas nucleares apenas para o que se chamam de fins pacíficos.

saúde e direitos humanos – com a criação, para tanto, de um fundo de financiamento a projetos contra fome e pobreza. Para as cientistas políticas brasileiras Maria Regina Soares de Lima e Mônica Hirst, “o IBAS se diferencia do movimento terceiro-mundista no sentido de que apresenta um compromisso explícito com a defesa de instituições e valores democráticos, o que não parece totalmente compatível com os demais integrantes do grupo dos países em desenvolvimento” (2009, p. 12).

Em relação às parcerias setoriais, no mesmo ano, foi criado o G20 comercial¹¹, que passou a reunir interesses comerciais comuns de países emergentes e em desenvolvimento na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em particular, esse grupo busca acabar ou, ao menos, reduzir os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e defende o ganho de cotas no Fundo Monetário Internacional (FMI). Como resultado, eles têm gerado novas dinâmicas nas negociações da OMC, muitas vezes levando a novos impasses. Com isso, houve prosperidade do Sul Global durante os anos 2000 – ao menos em seus países-líderes (CERVO; BUENO, 2002). Porém, tal quadro se reverteu dramaticamente na presente década, com os efeitos da crise econômica internacional de 2008.

Já na área ambiental, a aliança Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) foi criada como instrumento da confluência de posições e da defesa de um modo alternativo de colocar tal questão na agenda global, tendo em vista a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos pelas mudanças climáticas e a necessidade de criar um espaço justo para que os países em desenvolvimento prosperem e tenham o suporte adequado em termos de financiamento, tecnologia e capacitação por parte dos primeiros. Finalmente, em relação à temática político-securitária, em 2004, tomou forma uma nova parceria, em virtude da proposta da supramencionada de reforma do CSNU. Tal pleito deu origem à aliança multilateral envolvendo Alemanha, Japão e Índia, que ficou conhecida como Unidos pelo Consenso, ou G4, países que passaram a se apoiar mutuamente em suas propostas para ingressar em um assento permanente na organização (BRASIL, 2016).

Exposto esse breve apanhado histórico sobre como a ideia de Sul Global surgiu e caracterizou-se, esta análise considera que a discussão em torno do conceito demonstra que a sua origem pode ser identificada, por um lado, a partir do surgimento da CID, que passou a englobar a ideia de um Sul, sugerindo a existência de um Norte. Daí autores como Pino

¹¹ O nome do grupo faz alusão ao outro grupo de diálogo multilateral, também chamado G20, porém financeiro, pois composto por países considerados desenvolvidos, na medida em que, na época de sua criação (1999), consistiam nas principais economias mundiais e, através do grupo, acabavam como responsáveis pelas principais decisões quanto às regras da economia mundial.

(2013) e Santos (2014) depreenderem a origem do termo como reflexo da CSS. Por outro lado, há estudiosos que consideram que um Sul propriamente global apenas apareceu na década posterior, quando a consolidação do processo de globalização permitiu a proposição de uma nova visão de mundo dividido entre Norte-Sul, conforme demonstrado por Dirlík (2015) em sua análise.

No que tange ao tema da legitimidade do conceito, enquanto alguns autores acreditam que a concepção de Sul Global faz jus à conjuntura internacional contemporânea, outros pensam que ela não tenha fundamento em razão de diversos aspectos. Primeiramente, em se tratando de pontos de vistas contrários ao conceito, cabe notar o do internacionalista polonês Marcin Solarz, para quem o conceito de Sul Global parece excludente do Norte, na medida em que aponta um “determinismo geográfico” nesta concepção (2012). Pensamento semelhante é o do historiador brasileiro Paulo Visentini, para quem o Terceiro Mundo ainda persiste, posto que as constantes críticas aos movimentos ligados ao que hoje se chama de Sul na tentativa de questionar as regras internacionais definidas pelas potências, acabam por manter a lógica de manutenção de um sistema conduzido pelos grandes. Além disso, em sua visão,

Mais do que criar um modismo teórico, a introdução do conceito de Sul Global representou uma estratégia de despolitizar o significado do terceiro-mundismo. O Sul Global não se define por uma agenda positiva, mas negativa, pois, afinal, o Norte também não é Global? Assim, segundo o novo conceito não há sentido para a existência do Grupo dos 77 ou do Movimento dos Não Alinhados. Todas os Estados do Sul se diluiriam na globalização, sendo que as maiores nações gozariam do status de “mercados emergentes”. (2015, p.7).

Para o antropólogo norueguês Thomas Eriksen (2015), a questão não está no termo “global”, já que ele o considera apropriado para abordar a integração do planeta sob a égide de um único sistema econômico, sendo esta uma divisão conforme o grau de benefício dos países no contexto de um sistema internacional capitalista neoliberal. Conforme o autor, uma tentativa de produzir uma classificação objetiva nesse sentido, utilizando-se do IDH calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), indica que o Norte Global consiste nos 64 países que têm um IDH elevado (a maioria dos quais estão localizados acima do paralelo 30°N), enquanto os restantes 133 países pertencem ao Sul Global. Em suma, o Norte seria aquele dos Estados estáveis e das fortes instituições, enquanto o Sul estaria sujeito ao neoliberalismo, em vez de adotar as mesmas forças. No entanto, tal ideia peca, em sua opinião, por seu “nacionalismo

metodológico”, ou seja, pela generalização que ocorre ao se comparar entidades que, ao seu ver, não são comparáveis, seja por seus tamanhos diversos. Isso abrange diversos tipos de realidades, seja por seus Índices de Produto Interno Bruto (PIB) ou de Desenvolvimento Humano (IDH), que acabam por mensurar apenas a condição média de países que, por vezes, são acometidos por grandes desigualdades em suas distintas comunidades.

Por razões como o exemplo acima, para a internacionalista brasileira Marina Caixeta (2014), o termo Sul Global não parece adequado. Em razão não apenas de uma inconsistência terminológica, por alguns países não se localizarem no hemisfério Sul, como também pela própria heterogeneidade dentro desse grupo. Para o cientista político venezuelano Rodolfo Magallanes (2015), no entanto, é justamente o fato de o Sul Global não envolver uma justificativa histórica para dividir o planeta que incomoda, tornando-se estático e descontextualizado. Ao seu ver, esse conceito mais confronta diferentes grupos de países do que os une sob sua égide, dada a ausência de uma “realidade dialética compartilhada”, em que uma ideia implica a existência da outra, o que torna o conceito de Sul Global deficiente. Segundo o internacionalista alemão Oliver Stuenkel (2013), a principal diferença entre as iniciativas multilaterais desse grupo de países e as das grandes potências reside na ausência de institucionalização e de regras e normas vinculativas, de forma que o caráter informal das primeiras reflète a dificuldade destes últimos de definir princípios que se adequam à diversidade das nações compreendida pelo Sul Global.

Finalmente, há autores que consideram que a ideia de Sul Global se enquadra na conjuntura internacional atual. A cientista política brasileira Maria Regina Soares de Lima (2010), considera as iniciativas no âmbito do Sul Global, como o IBAS, transcendentemente de um idealismo do passado, propondo formas diferentes e mais adequadas aos tempos de hoje para o fortalecimento da ordem internacional atual no sentido de uma melhor inclusão daquele grupo de países menos favorecidos. Para outros, a ideia de Sul importa, na medida em que pressupõe a conformação de uma identidade nacional e transnacional com base nas experiências de exploração e de marginalização dentro seus países, reafirmada pela política externa formulada pelos seus grupos de pressão domésticos. Além disso, o conceito presume também a existência de um Norte representante da parte dominante, de modo que tal dicotomia acaba por servir como uma estratégia de mobilização baseada na crítica as assimetrias de poder e de recursos no sistema internacional contemporâneo (ALDEN, MORPHET; VIEIRA, 2010).

Para o historiador brasileiro André Reis da Silva, o Terceiro Mundo também deixou uma herança importante, mas que, dado o fim da Guerra Fria, acabou por se transformar em um esforço menos ideológico e mais adaptado à realidade da época que a sucedeu. Afinal, embora seja evidente a continuidade dos princípios de Bandung nos objetivos perseguidos no âmbito do Sul Global, ele vê uma clara diferença entre tais perspectivas, que chama de mudanças sistêmicas. Assim, o autor entende que, em virtude do fim do conflito bipolar e do início da ascensão econômica constatada no Sul, os movimentos do Sul Global passaram a ter capacidade de exigir maiores concessões dos países no Norte (SILVA; SPOHR; SILVEIRA, 2016).

Na mesma linha, Santos (2014) concebe o Sul Global como uma continuação mais atual do Terceiro Mundo que, por sua vez, seguiu-se a outras perspectivas de mundo, desde a época mencionada. Ele percebe três “ruínas históricas do século XX” sob as quais vêm se sustentando os diálogos entre os países menos favorecidos da ordem internacional: o fim do socialismo de Estado do Leste Europeia, o fracasso da socialdemocracia europeia e o malogro dos projetos nacionais populares de desenvolvimento – que se podem chamar de socialistas, em países praticantes do capitalismo. Tais diálogos teriam atualmente quatro faces: a mudança geoestratégica do eixo capitalista, as articulações regionais, os movimentos sociais e as ONGs, e as epistemologias do Sul. Além disso, o autor afirma que os diálogos Sul-Sul envolvem três dimensões: política, econômica e epistemológica – em contraposição ao papel impositivo, direcional e hierárquico das relações Norte-Sul. Nesse contexto, cabe a abordagem do sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2008) quanto à descolonização das relações de poder no mundo, bem como a concepção de Mignolo (2005) sobre a “decolonialidade epistemológica”, que criticam a dominação colonial como intrínsecas às mais variadas esferas da sociedade, argumentando em prol de uma ruptura epistemológica como via à justiça histórica.

No mesmo sentido, o britânico Andrew Hurrell (2013) propõe cinco fatores que justificam, ao seu ver, a existência de um Sul Global em cujo âmbito sobrevive a essência do Terceiro Mundo. O primeiro deles consta da demanda por reivindicação e por respeito oriunda da percepção de marginalização e de submissão em uma ordem internacional desigual. Outro aspecto é o contexto de globalização liberal, que permitiu a emergência de novos atores e a renovação da contestação à hegemonia estadunidense. Como o terceiro dos fatores, o autor considera a frequência das políticas de coalizão que, ao viabilizarem recentes formas multilaterais de acordos Sul-Sul defendidos por potências emergentes ou

regionais, trazem o conceito de Sul Global às discussões acadêmicas e políticas. Em quarto lugar, Hurrell entende que as potências emergentes atuais possuem economias e sociedades marcadas por processos incompletos de desenvolvimento e de integração na economia mundial, cujas regras básicas foram e são definidas pelos Norte. Finalmente, o autor também considera que as relações Norte-Sul continuam a ser importantes para a solução de problemas globais, bem como ajudam a estruturar os interesses das potências emergentes.

Contudo, cabe notar a diferenciação que ele percebe no que tange ao grupo de países abrangidos pelo conceito de Sul Global, na medida em que, diferentemente da pluralidade do Terceiro Mundo, Hurrell entende que tal concepção expressa a realidade de um seletivo grupo de países, que denomina “grandes potências emergentes”. Assim, para ele, tal perspectiva se faz útil para perceber as identidades desses países, o modo pelo qual se transformaram em produtos de histórias particulares e de visões de mundo diversas que moldaram seus interesses e quantos deles compreendem o objetivo dos desafios que enfrentam. Dessa maneira, o autor entende que “a natureza de sua atuação tem sido moldada por sua trajetória histórica dentro dessa ordem e pelo contexto social, geopolítico e de desenvolvimento de sua emergência” (2013, p. 219, tradução nossa).

Para o internacionalista Álvaro Méndez (2015), esse aumento das economias emergentes está agora em processo de reconfiguração da geometria política e econômica do sistema internacional. Silva, Spohr e Silveira, que também notam essa ascensão experimentada pelo Sul como reflexo das economias emergentes, compilam de maneira objetiva as opiniões de alguns autores quanto aos grupos liderados por esses países, os quais compreendem o Sul Global como um novo passo em relação às reivindicações antigamente defendidas durante a Guerra Fria, principalmente pela dita característica de um grupo de países com economias mais expressivas em sua liderança, bem como de adaptação ao sistema econômico vigente:

Palat sustenta que as estruturas políticas e econômicas do Sul Global melhoraram consideravelmente e agora permitem que um melhor papel internacional seja desempenhado por esses países. Além disso, mesmo que uma abordagem menos agressiva seja o padrão atual entre os países emergentes - especialmente quando comparado com a retórica passada usada pelo Irã, Bolívia e Venezuela - os membros do IBAS mostram determinada oposição a uma série de ações unilaterais dos países do Norte. Nel entende as motivações do IBAS como indo além da simples redistribuição de poder que pode ser traçada em Bandung, incluindo agora a busca do IBAS pelo reconhecimento de seu papel ao fazê-lo. Stephen salienta que esses países estão mais envolvidos em organizações internacionais, apresentando uma estratégia para mudar o sistema desde seu interior e tentando aumentar a sua participação nos órgãos de tomada de decisão.

Conforme Golub coloca, esses atores buscam a ampliação do seu papel no sistema, em vez de tentarem suplantá-lo, como em movimentos anteriores. A principal descontinuidade entre Bandung e Brasília, na opinião de autores como Jordaan, decorre do fato de que as atuais potências médias emergentes e suas lideranças exibem uma postura reformista e legitimista, e não revisionista [...] Nel salienta o fato de que, embora os líderes atuais dos países emergentes visem reformar as instituições e não transformar as estruturas globais, eles têm maior confiança na sua capacidade de atingir esse objetivo e de explorar as estruturas existentes para redistribuir poder e ganhar reconhecimento do que seus antecessores tiveram. (2016, p. 179).

Na visão da historiadora alemã Barbara Potthast (2015), o Terceiro Mundo reflete uma clara e constante busca por superar a própria condição desse grupo de países, na medida em que sempre existirá um Primeiro Mundo visto como superior, cujo modelo de desenvolvimento aqueles países constantemente se compararão ou buscarão alcançar. Assim, a autora compreende a ideia de Sul Global como menos impositiva. Na mesma linha, Méndez (2015) considera que o termo parece menos hierárquico ou evolucionário do que os anteriores usados para se referir a tal grupo de países. Segundo o sociólogo Boike Rehbein (2015), o conceito surgiu para superar a ideia de desenvolvimento versus subdesenvolvimento, o que neste trabalho se entende como uma concepção de certa forma maniqueísta sobre as situações dos países diante da distribuição de poder no sistema internacional. Além disso, ele enfatiza que atualmente Sul e Norte não consistem mais em entidades geográficas, nem mesmo categorias socioeconômicas relativas a países, senão que um mundo multicêntrico, em que Norte e Sul podem estar em qualquer parte do globo.¹² O autor fala em um “*patchwork*” dessas ideias, referindo-se a lugares, grupos, tendências, fenômenos transnacionais que dependem da integração aos fluxos globais levada a cabo, muitas vezes, por meio da desconexão social, cultural, política e econômica.

Dentre os autores que concordam com o conceito, entretanto, também existem críticas. Vale notar o próprio questionamento de Rehbein, por outro lado, de que a ideia de Sul, na verdade, está nas elites dos países que se consideram parte desse grupo, ao guiar o interesse nacional, enquanto as classes baixas têm muito pouco a ver com tais conceituações, já que ficam aquém da tomada de decisão. Além disso, a preponderância “auto atribuída” levantada por Santos (2014) de certas lideranças no âmbito das nações do Sul acaba implicando em certa hierarquia interna, bem como tendendo a reproduzir o imperialismo em suas relações com os países mais fracos – o que, em contrapartida, faz parte das críticas deste grupo em se tratando do sistema internacional. Aqui vale salientar

¹² O autor aborda o exemplo de Detroit (sul dos EUA) como subdesenvolvido vs. grande metrópole São Paulo como desenvolvido.

que o autor se refere à noção de “subimperialismo”¹³ utilizada também por Dirlik (2015) para explicar a situação de crônico subdesenvolvimento das economias periféricas. Afinal, o fato de o desenvolvimento econômico nacional estar intrinsecamente inserido no sistema capitalista não mais significa que tal condição abranja toda uma nação, senão que apenas dos setores da economia e da sociedade capazes de participar com êxito da economia global – leia-se, do processo de globalização. Segundo ele, o neoliberalismo também criou desigualdades entre Estados e dentro deles, e isso naturalmente se estendeu aos países do Sul Global, que acabam por, inclusive, apresentar discrepâncias relativamente maiores de concentração de riqueza e de poder internamente, levando a uma fragmentação econômica, política e cultural que impede a visão de igualdade.

Antes de se partir à reflexão sobre as ideias dos diversos autores supramencionados quanto à discussão acadêmica em torno do conceito de Sul Global do ponto de vista dos aspectos abordados neste trabalho, salienta-se a necessidade de se ter em mente uma questão-chave no que tange ao debate teórico na área das Relações Internacionais. Qualquer tentativa de categorização no âmbito das Ciências Sociais tende a ser de certa forma positivista, de modo que tanto a ideia de Terceiro Mundo quanto a ideia de Sul Global estão sujeitas a isso, se consideradas literalmente. Nesse sentido, reconhece-se a percepção de Hurrell de que, constatando-se a ineficácia de “padrões de pensamento”,

[...] a necessidade é compreender a relação entre o exterior e o interior e acompanhar os processos pelos quais as ideias ocidentais de ordem internacional e modernidade capitalista foram transpostas para diferentes contextos nacionais e regionais e para a constituição mútua de ideias e de entendimentos que resultaram desta interação. E em muitos lugares, as relações de espaço e tempo e de pertencimento mudaram de modo que "Norte" e "Sul" coexistem simultaneamente no mesmo espaço geográfico. (2013, p. 219, tradução nossa).

A mesma ideia é trazida pela filóloga romena Manuela Boatcă, conforme a qual não existem rótulos geográficos neutros. Porém, isso não significa a ausência de conceitos, contanto que estes sejam contextualizados historicamente, posto que constam de ferramentas analíticas que, embora imperfeitas, favorecem o debate e situam a nossa produção de conhecimento dentro de um espaço geopolítico cultural particular. Afinal, em

¹³ Segundo Theotônio dos Santos (2000), com base na Teoria da Dependência, subimperialismo consiste em um processo dinâmico de expansão do capital de determinado país às economias adjacentes, em virtude de haver atingido certo nível de industrialização. Contudo, posto que tal processo ocorre sob os limites impostos pelo capital mundial e a burguesia nacional não possui capacidade de própria de competição neste âmbito, este movimento ao exterior acontece sem a integração da economia nacional ao mercado de massas, em razão da superexploração, que limita a consumação da mais-valia no ambiente doméstico.

suas palavras, “Padrões históricos (assim como a sua ausência) estão nos olhos do observador” (2015, p. 17, tradução nossa). Dessa forma, embora seja impossível desvincular tal ideia da conjuntura mais atual em que se insere – como ocorre e ocorreu com os demais conceitos anteriores em sua tentativa de representar a realidade do sistema internacional –, outros autores notam também que o Sul Global envolve uma divisão geográfica que certamente não deve ser considerada em seu sentido literal, por estar sujeita a adaptações ao longo do tempo (DIRLIK, 2015; REHBEIN, 2015; RIGG, 2015).

Feito esse apanhado teórico quanto à legitimidade da ideia de Sul Global, compreende-se que, embora em plenos dias atuais ainda existam autores que considerem a existência de um Terceiro Mundo, o primeiro termo reproduz de maneira mais adequada a situação geopolítica do mundo deste século XXI. Por um lado, entende-se que o grupo de países envolvido pela noção de Sul Global é inegavelmente herdeiro dos propósitos gerais do terceiro-mundismo, independentemente da perspectiva que se adotar sobre o conceito – se ocidental, ou se chinesa –, visto que ambas visam a evidenciar um grupo de países menos favorecidos na ordem internacional. Portanto, reconhece-se a manutenção desse espírito nas ainda atuais reivindicações por maior equidade de poder através da participação política, do desenvolvimento econômico e da representatividade na produção de conhecimento. Afinal, como afirmam Silva, Spohr e Silveira (2016), deve-se notar importantes semelhanças entre as ideias de Bandung e de Brasília, na medida em que ambos os documentos compartilham de posições semelhantes quanto às principais questões da agenda internacional que têm perdurado durante as quase cinco décadas que os afastam, tais quais a não-proliferação nuclear, o desarmamento, a reforma do CSNU, a flexibilização de Bretton-Woods, a propriedade intelectual, a defesa da Palestina, a soberania nacional, os direitos humanos e a cooperação cultural.

Em contrapartida, porém, nota-se que a noção de Sul Global naturalmente acabou por representar simultaneamente a reconfiguração de certos princípios e modos de atuação no cenário internacional, a fim de acompanhar o seu tempo. Assim, entende-se que esse conceito surgiu para abranger particularidades recentes, como as já mencionadas coalizões de geometria variável ou os “novos temas” da agenda internacional (meio ambiente, igualdade de gêneros e os direitos dos povos indígenas). Cabe notar aqui a emergência de atores não-estatais na tomada de decisão internacional, tais quais os movimentos sociais e as Organizações Não-governamentais (ONGs), que envolvem hoje agendas transcontinentais de minorias. Nesse contexto, concorda-se com o pensamento de Santos

(2014), de que o Sul Global consiste em uma alternativa que acaba por se adaptar ao sistema capitalista contemporâneo, de forma que os novos grupos, notadamente aqueles compostos por países emergentes (do Sul), surgem sendo vistos não mais como um perigo socialista ou comunista, mas como desafiadores da hegemonia dos países do Norte neste mesmo sistema político e econômico vigente. Afinal, ao contrário de certas críticas abordadas, o Sul Global passou a concretizar alguns de seus objetivos na arena internacional, dentre eles, a institucionalização de alianças próprias.

Além disso, em relação às críticas quanto à ambiguidade do projeto de Sul Global fundamentadas na ideia de uma nova forma de imperialismo, cabe notar um fator importante do ponto de vista das relações exteriores. De um lado, internamente aos Estados, o subimperialismo consta de uma realidade áspera resultante do sistema econômico capitalista; no entanto, tais contradições domésticas não parecem apresentar soluções dentro deste sistema, já que não o isolamento à globalização como uma opção viável. Sendo assim, de outro lado, quanto ao fenômeno no plano externo, ainda que certos países emergentes do Sul disfrutem de posicionamentos mais favoráveis do que outros no sistema internacional ou mesmo em suas próprias relações bilaterais e regionais, os princípios do projeto Sul-Sul de cooperação internacional não impõem condicionalidades, diferentemente das relações estabelecidas com o Norte. É lógico que, em qualquer relação de cooperação, existem interesses – de todos os lados –, contudo, segundo Pino:

A respeito da CSS, proclamam-se alguns princípios que a caracterizam e a diferenciam da tradicional CNS, a saber: **a não-interferência nos assuntos internos**; a maior sensibilidade a contextos específicos; a igualdade entre os países parceiros; **o respeito a sua independência e à soberania nacional**; a promoção da autossuficiência; a diversificação de ideias, abordagens e métodos de cooperação; **a ausência de condicionantes explícitos**; **a preferência pelo uso dos recursos locais que gera elementos mais amplos da propriedade**; sua maior flexibilidade, simplicidade e rapidez de execução; **seu caráter "desvinculado"** ao não envolver a compra de bens e serviços no país onde as iniciativas são implementadas; **a adaptação às prioridades nacionais**; **a preservação da diversidade e da identidade cultural** e, entre muitos outros atributos, o seu menor custo e maior impacto (PINO, 2010, p. 1-2, tradução nossa, grifos nossos).

Portanto, retomando-se a análise feita nesta subseção, entende-se aqui que o Sul Global teve suas raízes no movimento terceiro-mundista, mas que passou a ganhar as características próprias que hoje possui a partir do surgimento da CSS e, posteriormente, de visões de mundo que, influenciadas pelo início do processo de globalização e pelo final da bipolaridade, contribuíram à ideia do conceito propriamente dita, entre o final dos anos

1980 e o começo dos 1990. De qualquer forma, para todos os autores aqui abordados, fica claro que os princípios do Terceiro Mundo tiveram influência, ainda que em diferentes níveis, sobre o surgimento daquele termo, que questiona as regras do sistema internacional tal qual este se configura atualmente. Afinal, o Sul Global envolve uma atuação ainda crítica ao *status quo* no sistema internacional e com certos princípios semelhantes àqueles levantados pelo MNA, visto que agrupa nações com históricos de exploração e de desafios sociais, econômicos e políticos similares, que são acometidas por efeitos negativos de uma ordem internacional em que possuem uma representatividade insuficiente.

No entanto, compreende-se que o Sul Global, ao surgir posteriormente, configure-se de maneira notadamente menos político-ideológica e mais fragmentada do ponto de vista das parcerias estratégicas – principalmente entre potências médias – e, portanto, inovadora, já que tais países vêm concretizando uma série de iniciativas no sentido da rearticulação de poder no sistema internacional, contestando-o de forma mais moderada. Não à toa, Dirlik (2015) sustenta que, do Terceiro Mundo, permanece a busca por uma coordenação política coletiva, superando tanto um eurocentrismo hegemônico quanto um nativismo epistemológico contra-hegemônico, mas que não deixa de ser reativa. Daí a percepção de que autores que ainda veem no Terceiro Mundo uma atualidade plena tendem a ser mais radicais do que aqueles que sustentam a ideia de uma reformulação dos paradigmas do sistema internacional através de uma adaptação transformadora, como propõe a noção de Sul Global. Na esfera dessa concepção, salienta-se a ideia defendida por Boatcă (2015) de que o obstáculo, então, não é a existência de termos excessivamente genéricos – como se admite ser o de Sul Global –, já que os conceitos sempre podem ser refinados e debatidos, senão que a renúncia à possibilidade de avaliar as tendências históricas e de perceber padrões amplamente partilhados.

3 DO TERCEIRO-MUNDO AO SUL GLOBAL NAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Esta seção estende o debate sobre os conceitos de Terceiro Mundo e de Sul Global ao caso brasileiro, visando a identificar o contexto em que cada uma das ideias se expressou a nível nacional, na estratégia da política externa do país. Assim, em sua primeira subseção, busca-se compreender quando o Terceiro Mundo se expressou – e ainda, por vezes, expressa-se – nas diretrizes da PEB, a fim de verificar o declínio de seu uso em função das mudanças que reconfiguravam o sistema internacional. É nesta conjuntura que se pretende compreender, posteriormente, o momento em que se deu o surgimento da ideia de Sul Global no mesmo contexto, tema da subseção imediatamente seguinte. Com isso, procura-se lançar as bases para a identificação do ponto de inflexão desta transição conceitual na PEB, objetivo principal deste trabalho.

Antes de se partir a tal estudo, porém, no âmbito da tomada de decisão em política externa no Brasil, vale notar a atuação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), chamado de Itamaraty, que oficialmente põe em prática as diretrizes estabelecidas pela PEB. Esse órgão tradicionalmente preza pela continuidade da estratégia de inserção internacional país e dos constantemente disputados interesses nacionais, de modo que o papel que as noções de Terceiro Mundo e de Sul Global assumiram na política exterior do Brasil até então dependeram tanto do jogo político e social doméstico quanto da interpretação do governo vigente sobre as possibilidades constantes no ambiente externo. Portanto, deve-se ter em mente que a análise quanto às decisões da diplomacia do país não está sujeita apenas às alterações em curso no sistema internacional, como as mencionadas na seção anterior, mas também – e na mesma medida – aos rumos da política doméstica do país¹⁴.

3.1 A posição periférica do Brasil no Terceiro-Mundo

Como abordado na seção precedente, do ponto de vista teórico, percebe-se uma hibridização entre as perspectivas mencionadas em torno da concepção de Terceiro Mundo, que pode se referir a ideologias políticas, ou a condições de desenvolvimento econômico. Na medida em que, porém, tais categorizações nada afetam o posicionamento

¹⁴ Conforme a “teoria dos jogos de dois níveis” do cientista político estadunidense Robert Putnam (1988), há uma influência bidirecional entre os níveis interno e externo na política de um Estado.

internacional do Brasil, que continua sendo colocado como parte de um terceiro grupo de países de qualquer forma, esta análise as considera complementares a sua compreensão. Afinal, independentemente da ótica aplicada, o Brasil caracterizou-se tanto pela neutralidade política quanto pelo subdesenvolvimento econômico. Desse modo, o breve panorama a seguir busca expor a realidade brasileira no período que se estende entre o início da década de 1960 e o final da década de 1980, a fim de analisar o espaço do Terceiro Mundo nas diretrizes da PEB, compreendendo o momento do declínio de sua menção nesse contexto.

Como abordado anteriormente, a gradual busca por maior espaço na ordem mundial pelos países considerados menos desenvolvidos teve como foco os continentes africano e asiático durante a segunda metade dos anos 1950. A relação que o terceiro-mundismo estabeleceu com a estratégia internacional do Brasil acompanhou o ritmo de envolvimento posterior dos demais países latino-americanos, de modo que, apenas no início da década seguinte, as reivindicações brasileiras no âmbito do Terceiro Mundo se expressaram no discurso da PEB, quando o fortalecimento das relações com essas nações se tornou inevitável ao país. Afinal, a conjuntura global modificava-se, e cabia ao Brasil se posicionar diante desse contexto.

A partir de 1961, os princípios de autodeterminação, universalização, autonomia, não-intervenção, desarmamento, integração e internacionalização trazidos pela Política Externa Independente (PEI) passaram a extrapolar o espaço regional, conferindo à política externa contornos realmente mundiais (VISENTINI, 2004). O Brasil investia em uma política externa mais afirmativa, independente e autônoma, mas sem deixar de cumprir os compromissos assumidos no plano ocidental, como bem aponta Patrícia Leite (2011), mantendo-se “acima do conflito bipolar”. Assim, o país baseava-se na estratégia que Gonçalves e Miyamoto (1993) chamaram de “neutralismo temperado”. Nesse contexto, o Ministro Affonso Arinos chegou a mencionar o país como representante da “união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais”¹⁵ (FRANCO, 2007, p. 34). Como se pode perceber no trecho a seguir, passavam a ser defendidos, pela primeira vez no discurso da PEB, princípios condizentes com as reivindicações do Terceiro Mundo:

O Brasil se empenhará, dentro das Nações Unidas, pela autodeterminação dos povos, contra todos os colonialismos, contra o racismo, pelo progresso social e o desenvolvimento dos países atrasados, principalmente os da América Latina,

¹⁵ Discurso de posse do Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, 1961.

pela liberdade democrática dentro da verdadeira coexistência e pela paz entre os homens¹⁶. (CORREIA, 2007, p. 156).

Entretanto, na prática, tal expectativa foi efêmera, pois, em termos gerais, notava-se ainda o caráter observatório do Brasil no âmbito do MNA, que refletiu tanto a sua tímida e ambígua atuação particular no sentido reivindicatório do movimento quanto a provisória participação latino-americana como todo no movimento em razão do distanciamento histórico, cultural e geográfico da região em relação ao epicentro do mesmo. Para ilustrar essa oscilação da PEB, destacam-se a continuidade à Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, seguida da abstenção do Brasil à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) *vis-à-vis* o apoio do país à Aliança para o Progresso (ALPRO) (BRASIL, 2016). Além disso, enquanto a PEB buscava ampliar a projeção comercial brasileira na África, o quadro diplomático brasileiro posicionou-se contrariamente à condenação do colonialismo português na ONU, distanciando-se das grandes potências. Esses exemplos refletem a hesitação da diplomacia brasileira em se aliar a um ou outro grupo de países na ordem internacional, na medida em que o grande objetivo do Brasil era obter ganhos das diversas parcerias que era capaz de estabelecer. Por isso, entende-se que o país investiu apenas em seus interesses comuns com as nações terceiro-mundistas, mas sem aderir, propriamente, à postura não-alinhada no sistema internacional, investindo em uma estratégia independente, sem se vincular às “determinações de um bloco de países cujo desenvolvimento histórico, político e cultural diferia substancialmente” (LEITE, 2011, p. 107).

O golpe de 1964 inibiu ainda mais a simpatia do Brasil para com o Terceiro Mundo, dado que a brusca reorientação política interna se refletiu a nível internacional, havendo retomada da dependência dos EUA nos primeiros anos da ditadura militar. É importante notar, por outro lado, que a relativa autonomia de que gozou o Itamaraty nesse período mitigou, de certo modo, as consequências das guinadas ideológicas desse regime para a diplomacia brasileira. Durante o mandato de Castelo Branco, baseado na “doutrina da segurança nacional”¹⁷, o Brasil teve diminuída sua identificação com o terceiro-

¹⁶ Discurso do Ministro Affonso Arinos na XVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1961.

¹⁷ Elaborada pelo grupo dos militares que pregavam um forte alinhamento aos interesses dos EUA - ao qual Castelo Branco pertencia - estabelecia que a luta contra o comunismo seria prioridade interna e externamente, encaixando o Brasil na Guerra Fria.

mundismo, assumindo a visão de um mundo dividido entre Leste e Oeste, diante do qual o país deveria se posicionar. Sendo assim, o discurso da PEB nessa época apontava para a submissão brasileira a tudo o que estivesse envolvido pelo contexto da confrontação ideológica internacional, enfatizando-se a identificação constante do país com o Ocidente, ainda que se admitissem divergências entre os interesses nacionais brasileiros e os dos países compreendidos neste sistema (CORRÊA, 2007).

Assim, houve rompimento imediato das relações diplomáticas com Cuba naquele mesmo ano e participação na intervenção conjunta com a OEA na República Dominicana sob solicitação dos EUA já em 1965 (BRASIL, 2016). A convicção da diplomacia brasileira no desenvolvimento associado àquele país deu origem à chamada “soberania limitada” que, refletida na ideia de interdependência ocidental, acabou não passando de um meio de submissão do Brasil à superpotência capitalista (MARTINS, 1977). Além disso, a diplomacia brasileira se opôs à proposta de um mercado comum latino-americano, havendo distanciamento em relação aos países da região. Por outro lado, o Brasil nunca rompeu relações com a URSS, com a qual manteve, inclusive, significativo fluxo comercial (BRASIL, 2016). Ademais, o país passou a participar das reuniões do G77, que recém havia sido fundado, a fim de fomentar as relações entre os países do que pela primeira vez passou a se chamar de Sul, no contexto de uma presença latino-americana forte no grupo.

Contudo, a decepção quanto ao auxílio financeiro dos EUA diante da sua preferência por regiões mais estratégicas, tais quais Europa e Ásia¹⁸, implicou a descontinuidade do projeto anterior da PEB quando Costa e Silva assumiu a presidência. Dessa forma, a chamada “diplomacia da prosperidade” pelo então Ministro Magalhães Pinto passou a prever uma autonomia relativa da PEB. Em suas palavras:

[...] nunca foi tão profundo o fosso entre os países desenvolvidos e aqueles que se costuma chamar de em vias de desenvolvimento; os primeiros crescem aceleradamente e os últimos mal se livram da estagnação. Estes não terão feito tudo o que deviam, mas a cooperação dos prósperos ficou em todos os domínios aquém do esperado¹⁹. (CORRÊA, 2007, p. 228).

Desse modo, estimulou-se o desenvolvimento econômico através de iniciativas relevantes em relação à cooperação com países do Sul, compreendendo-se que o

¹⁸ Regiões que concorriam com a ALPRO na disputa por recursos estadunidenses a planos de financiamento - para a Ásia, o Plano Colombo e para a Europa, a continuidade do Plano Marshall e a defesa do capitalismo regional.

¹⁹ Discurso do Ministro José Magalhães Pinto na XXII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1967.

subdesenvolvimento não constava de mero acaso, mas de uma consequência da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que poderia ser superada somente se reformuladas as regras do Sistema Internacional. Conforme apontou Estevão Martins (1977), a estratégia diplomática adotada acabou por incitar uma via nacionalista e integracionista na política externa da época. De um lado, como exportador de produtos agropecuários, o país tinha interesses em uma maior liberalização de setores comerciais; de outro, como país recém-industrializado e no intuito de aprofundar seu desenvolvimento, visava a bloquear discussões que avançassem sobre os novos temas. Nesse sentido, a não-adesão do Brasil ao Tratado de Não-proliferação Nuclear (TNP) em 1968, assinalando o repúdio do país em relação a uma atitude desigual pode ser considerada marco de uma importante mudança no tom do discurso estratégico da PEB a partir de então, desaparecendo a ênfase anterior na identificação com o Ocidente (PINHEIRO, 2004; GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993):

Imbuídos de espírito de cooperação e objetividade, não podemos deixar de verificar, entretanto, que os projetos não implicam qualquer redução dos armamentos nucleares existentes, nem sequer desestimulam o incremento e aperfeiçoamento dos mesmos por aqueles que já os possuem. Nenhum recurso é liberado para fins econômicos e pacíficos. As limitações propostas se aplicam, praticamente, apenas aos países que não dispõem de armas nucleares e incluem restrições não essenciais aos objetivos de não proliferação²⁰. (CORRÊA, 2007, p. 230).

Assim, demonstrando uma posição condizente com sua posição no sistema internacional, o Brasil passou a buscar canais de diálogo independentes em relação às grandes potências – ainda que sem, de maneira alguma, descartá-las. Nesse sentido, o país participou de acordos de cooperação sobre o uso pacífico de energia nuclear, reivindicou o insuficiente auxílio financeiro dos EUA no âmbito da ALPRO e estimulou a criação de instituições de fomento à cooperação econômica regional. Desse modo, o Brasil começava a se destacar em âmbito internacional. Porém, há de se notar que a unidade periférica ainda se fazia inviável, posto que este existia sob égide do capitalismo, não se pode inferir disso significativa vinculação da PEB ao Terceiro Mundo durante a década que se seguiu (MARTINS, 1977).

²⁰ Discurso do Ministro José Magalhães Pinto na XXII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1967.

Com a subida de Emílio Médici ao poder, em 1969, no entanto, o projeto de “Brasil Potência”²¹, proposto pelo diplomata Gibson Barbosa, acabou por negligenciar o discurso terceiro-mundista. Tal modelo pragmático de inserção internacional do país, que ficou conhecido como “diplomacia do interesse nacional”, visava ao seu bom desempenho financeiro-comercial e político no plano externo. Para Gonçalves e Miyamoto (1993), a estratégia da PEB buscava, com isso, melhorar a posição do país em relação ao bloco capitalista, ao invés de procurar combater o imperialismo, aproveitando-se da comunidade de interesses quanto a questões efêmeras, como a importação de matérias-primas dos menos desenvolvidos, por exemplo. Nesse sentido, conveio se aproximar de países fornecedores tanto de tecnologia quanto de matéria-prima, necessárias que eram ambas ao parque industrial brasileiro. O Brasil aproximou-se aos países menos desenvolvidos tendo em vista apenas interesses políticos duradouros, como a redução das desigualdades entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas no sistema internacional ou a prevenção quanto à vulnerabilidade energética do país, tendo em vista as crises do petróleo (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993; SENNES, 2003). No entanto, tais relações se deram sempre no âmbito bilateral, impedindo grandes projetos de cooperação.

Com a instabilidade externa causada pela crise econômica internacional, que havia abalado os investimentos dos países desenvolvidos no Brasil, deu-se o esgotamento do milagre brasileiro, que comprometeu não somente a economia nacional, mas a legitimidade de um regime que se utilizava dos altos índices de crescimento econômico para sufocar o debate político. Nas palavras de Antônio Carlos Lessa, “a evidência da deterioração das relações com os norte-americanos [favoreceu] o movimento reativo de construção de vínculos internacionais diversificados” (2011, p. 33), refletindo a necessidade do Brasil de buscar mercados para seus produtos industriais e fontes seguras de matéria-prima, ampliando sua autonomia relativa. Assim, durante o mandato de Ernesto Geisel, a PEB enfatizou aspectos do “nacional-desenvolvimentismo”²² e passou a investir em uma inserção internacional que prezava relações bilaterais mais diversificadas, elevando, inclusive, sua capacidade de articulação multilateral (LESSA, 2011). Nesse sentido, a PEB parecia se adequar à conjuntura internacional por meio da multilateralização das relações

²¹ Tal lema ufanista surgiu no contexto de êxito do milagre econômico brasileiro (1968-1973), quando o governo acreditava que o país deveria perseguir o desenvolvimento no âmbito interno, a fim de atingir os níveis das grandes potências capitalistas desenvolvidas (GONÇALVES & MIYAMOTO, 1993).

²² Política econômica que visa ao desenvolvimento autônomo do país por meio do crescimento de sua produção industrial e de sua infraestrutura, com forte intervenção do Estado (CENTRO CELSO FURTADO, 2016).

diplomáticas do país – novamente, sem deixar de lado as parcerias com as grandes potências.

Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agiremos sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro²³. (CORRÊA, 2007, p. 309).

Souto Maior (2006) ainda acrescentaria que tal conduta era também ecumênica, por se abster de ideologias e buscar preencher “vazios diplomáticos”. Nesse ínterim, as diretrizes da PEB se voltaram à busca de novas parcerias, sendo que o Brasil aumentou suas relações com o bloco socialista em contraposição à polêmica com os EUA acerca da questão de direitos humanos. Na África – principalmente nos países lusófonos –, onde esse processo foi mais notável, houve intenso fluxo de visitas diplomáticas, que estimularam os negócios e o diálogo entre o país e o continente, culminando no que já se pode chamar do início de uma cooperação internacional. Vale notar aqui o reconhecimento de algumas independências africanas, como de Angola e da Guiné Bissau (BRASIL, 2016). Quanto à Ásia, assinala-se o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, tendo em vista seu potencial econômico.

Porém, foi no governo Figueiredo que passou a ser mais assumido um maior compromisso do Brasil com os princípios de solidariedade, independência, igualdade, autodeterminação e não-interferência, com destaque para a defesa da solução pacífica de controvérsias, do desarmamento e do fim das regulamentações discriminatórias das instituições financeiras internacionais para com o Terceiro Mundo nos foros multilaterais. Além disso, a PEB passava a priorizar a aproximação às pequenas potências também em razão das vantagens comparativas que o Brasil visava a obter nestas parcerias (SENNES, 2003). Assim, o país exaltava a ampliação de sua presença no exterior, como se percebe no seguinte trecho do discurso presidencial: “O Brasil efetivamente trilha a rota do universalismo, da boa convivência e da dignidade nacional [...]”²⁴ (CORRÊA, 2007, p. 408).

²³ Discurso do Ministro Azeredo da Silveira na XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1974.

²⁴ Discurso do Presidente João Figueiredo na XXXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1982.

Nesse sentido, nota-se, nas palavras do então Ministro Saraiva Guerreiro, a expressão da mais concreta defesa que se apresentava até então na diplomacia brasileira quanto ao desenvolvimento e às relações Norte-Sul em prol da ampliação das bases de entendimento e cooperação no âmbito Sul-Sul. A ideia de Terceiro Mundo e uma visão de do planeta como dividido verticalmente entre dois hemisférios que se distanciam por questões de desenvolvimento passavam a ficar claras nas diretrizes da política externa e na ação diplomática do país nessa época. Portanto, em 1980, ao se identificar a primeira menção às relações Sul-Sul propriamente ditas no discurso da PEB, passa a se considerar o início dessa década como a época em que a PEB mais se identificou com o terceiro-mundismo:

O mundo desenvolvido, que tem encontrado no Terceiro Mundo, nos últimos anos, fator ponderável de sustentação de seu nível de atividade econômica, premido talvez por suas próprias dificuldades encaradas apenas em visão conjuntural, evidencia, na prática, atitude de progressivo alheamento diante da problemática do subdesenvolvimento. É nítida, nas reuniões de cúpula dos chamados “Sete” e em diversos foros multilaterais, a atenção decrescente dispensada aos problemas estruturais da relação Norte-Sul (...) É chegada a hora de realizarmos, no âmbito das relações Sul-Sul, amplo esforço de diversificar e alargar as bases de entendimento e cooperação. Aos vínculos políticos e à aglutinação em tomo de plataformas comuns de reivindicações no plano Norte-Sul urge acrescentar a substância concreta de fluxos efetivos de comércio e financiamento entre países em desenvolvimento. O potencial industrial, tecnológico e financeiro hoje existente no Terceiro Mundo – somado, claro está, a seus imensos recursos naturais e humanos – abre às nações dos três continentes em desenvolvimento imensas perspectivas de um profícuo relacionamento direto, sem recurso à intermediação, por vezes política ou economicamente onerosa, dos grandes centros. O desafio que se coloca é, em suma, o de darmos ao Terceiro Mundo uma configuração própria, que se fundamenta em sua realidade e dinamismo internos e não exista, apenas, como a expressão das diferenças que nos separam das nações desenvolvidas. O êxito desse trabalho verdadeiramente pioneiro de criar laços de efetiva parceria entre países em desenvolvimento depende de um claro empenho político²⁵. (CORRÊA, 2007, p. 384).

Assim, a diplomacia brasileira passou a assumir uma posição bastante crítica ao mundo desenvolvido, chegando o então Ministro a declarar o país, de fato, uma nação do Terceiro Mundo (CORRÊA, 2007, p. 420). A partir da análise dos discursos do Ministro Saraiva Guerreiro, percebe-se que as diretrizes da PEB passaram a defender que as grandes potências deveriam tomar partido quanto aos países subdesenvolvidos, ao qual estavam alheias em prol das suas próprias dificuldades, mas dos quais dependiam para sustentar seu alto nível de atividade econômica. Para o então Presidente, a unidade do mundo em

²⁵ Discurso do Ministro Saraiva Guerreiro na XXXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1980.

desenvolvimento não deveria mais se basear exclusivamente na coincidência de interesses para com os países considerados desenvolvidos:

Devemos deixar claro – por nossas ações como por nossas palavras – que a diversidade do Terceiro Mundo encerra insuspeitas oportunidades de complementaridade econômica, e é fator de união, não massa de manobra para iniciativas – como a discriminação arbitrária entre os países em desenvolvimento – que visam a desfazer ao mesmo tempo a coesão do Terceiro Mundo, a cooperação internacional para o desenvolvimento e o diálogo Norte-Sul ²⁶. (CORRÊA, 2007, p. 410).

Nos anos seguintes, porém, o Brasil passou a sofrer efeitos mais graves da crise econômica internacional que se havia iniciado no começo da década e teve sérias consequências sobre os países em desenvolvimento, comprometendo as iniciativas multilaterais brasileiras e levando o país a contrair uma dívida externa que resultou na moratória de 1987 (SENNES, 2003). O novo impulso à bipolaridade do sistema internacional, na fase chamada por muitos historiadores como “Segunda Guerra Fria”²⁷, agravou ainda mais esse quadro. Com isso, o Brasil foi obrigado a reorientar seus fluxos comerciais aos países desenvolvidos, reformulando a sua política externa. Nas palavras do próprio Ministro no ano seguinte, “houve uma ampliação da distância entre as suas necessidades de apoio [do Terceiro Mundo] e os recursos disponíveis para cooperação para o desenvolvimento”²⁸ (CORRÊA, 2007, p. 393). E, assim, a impressão de que um diálogo Norte-Sul começaria a se tornar mais prático e menos retórico não passou de um episódio efêmero na PEB daquele período.

Assim, percebe-se que a tomada de decisão quanto à política externa do país não deixou de considerar as suas boas relações com os países mais desenvolvidos, dada a clara situação de dependência do Brasil para com o seu auxílio. Tal perspectiva de planejamento e de atuação da PEB se expressa claramente na colocação de Guerreiro:

A questão Norte-Sul já ultrapassou o estágio de confrontação – o qual, cabe assinalar, nunca foi parte intrínseca do exercício -, mas ainda precisa passar para a etapa do verdadeiro diálogo. E isso só se verificará quando o mundo desenvolvido revelar efetiva disposição de empenhar-se num processo

²⁶ Discurso do Presidente João Figueiredo na XXXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1982.

²⁷ A Segunda Guerra Fria, que compreende o período entre 1979-1985, consiste em uma nova fase deste episódio histórico, quando o conflito entre as duas superpotências voltou a se agravar, devido às crises em pontos estratégicos de comum interesse e à retomada da corrida armamentista (HOBSBAWM, 1994).

²⁸ Discurso do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro na XXXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1981.

negociador com o Terceiro Mundo. A moderação é, afinal, imprescindível de ambos os lados, e sua expressão, da parte do Norte, só se refletirá pela adoção de uma posição construtiva diante do conjunto de problemas do desenvolvimento²⁹. (CORRÊA, 2007, p. 394).

Nesse contexto, o fim do regime militar e a retomada da democracia no país, a nível doméstico, somados ao processo de globalização já em curso e à expectativa de queda da URSS, a nível externo, culminaram na reorientação da PEB durante o final dos anos 1980, durante o governo de José Sarney. Nos discursos dessa época, percebe-se os últimos sinais de identificação do Brasil como parte do Terceiro Mundo grupo nas diretrizes de sua política externa. Por um lado, nos primeiros anos desse governo, a presente análise identificou certa continuidade à tendência terceiro-mundista nas diretrizes da política externa do país, que ainda colocava o país como uma nação parte do mundo subdesenvolvido e, por conseguinte, demandante de certas mudanças no sistema internacional:

Não há sensibilidade maior para o drama e as preocupações das nações do Terceiro Mundo, cujo direito a um destino de realização e progresso se vê constantemente ameaçado. Venho, Senhor Presidente, de um país em desenvolvimento que não abdica desse direito e que está convencido não só da justiça e legitimidade de suas reivindicações, mas também da viabilidade de seus objetivos no campo econômico e social³⁰. (CORRÊA, 2007, p. 483).

Vale destacar a importância do nível regional durante esta época, a exemplo da assinatura do acordo que foi a base para a integração econômica do chamado Cone Sul em 1985, origem do futuro Mercosul, além da criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em 1986 (CÔRTEZ, 2010; BRASIL, 2016). Além disso, cabe notar o início do projeto de implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) nessa época, no intuito de afirmar a soberania do país. E, principalmente, merece destaque o fato de que a cooperação técnica passava a ser vista cada vez mais como instrumento de ação diplomática, conforme o diplomata Carlos Puente, transferindo-se sua estrutura institucional ao âmbito do Itamaraty mediante a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em 1987 (PUENTE, 2010).

Contudo, embora se identifiquem, nos discursos de política externa dessa época, menções ao Terceiro Mundo, bem como a valorização de alguns dos seus princípios,

²⁹ Discurso do Ministro Saraiva Guerreiro na XXXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1980.

³⁰ Discurso do Ministro Roberto Abreu Sodré na XLII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1987.

percebe-se que estas foram muito menos frequentes, se comparadas a momentos anteriores. Isso refletiu a relegação desse grupo de países a segundo plano na estratégia da PEB, em um momento de acomodação do país às mudanças internas e externas por que passava. Afinal, iniciava-se a abertura econômica do país, de modo que o Estado passou a atribuir crescente espaço à influência da iniciativa privada (nacional e internacional) na tomada de decisão em política externa, retirando-se de setores estratégicos da economia e, logo, perdendo poder decisório (CERVO; BUENO, 2002). Sendo assim, o Brasil passou a investir paulatinamente na aproximação às grandes potências em detrimento à aproximação com os países em desenvolvimento, o que se manteria nos anos seguintes.

Portanto, retomando a análise realizada ao decorrer desta subseção, este trabalho considera que, embora o Terceiro Mundo não tenha servido precisamente aos interesses do Brasil no contexto da maior parte da Guerra Fria, ao ser o embrião de um processo que pode ser compreendido como a origem da valorização das relações com as nações do Sul na PEB, tal grupo de países abriu espaço à crescente participação brasileira na ordem internacional. Afinal, por mais que o sistema político-econômico mundial não tenha sido alterado em sua essência, o Terceiro Mundo logrou conquistar um reposicionamento relativo nesta conjuntura, gerando efeitos sobre o Brasil, mesmo estando este à margem de muitas das reivindicações afro-asiáticas. Se, por um lado, o país preferiu manter certa distância desse movimento em razão da intenção reformadora deste último diante da ordem internacional; por outro, ao tomar para sua política externa alguns importantes princípios terceiro-mundistas – notadamente na retórica da PEB do final do período militar –, o Brasil pavimentou seu caminho no sentido de seu reposicionamento no sistema mundial, como será visto a seguir.

3.2 O Brasil como um dos líderes do Sul Global

O período que se estendeu entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 marcou a transição do Brasil para a condição de “potência média”, definida por Ricardo Sennes (2003), em termos gerais, como um Estado que não possui *status* de grande potência, mas que afeta o sistema internacional de alguma forma e que participa intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais onde se encontra, possuindo, portanto,

uma inserção internacional dual³¹. Assim, na visão do autor, o Brasil da época passava a não somente ser capaz de transformar o seu poder potencial em poder de fato, mas a intencionar fazê-lo, como será visto a seguir. É nesse contexto que esta subseção pretende analisar o espaço que a ideia de Sul Global passaria a ganhar na PEB, compreendendo quando esta passa a preponderar em suas diretrizes estratégicas *vis-à-vis* o declínio da perspectiva de Terceiro Mundo nesse mesmo âmbito.

Com os desdobramentos do final da bipolaridade no sistema internacional, a utilização da ideia de Terceiro Mundo já não mais condizia com a realidade do planeta, como visto na seção anterior. Apesar disso, a herança deixada por esse grupo de países, quanto à percepção de um mundo dividido entre Norte e Sul, tal qual a própria diplomacia brasileira chegara a defender, fazia cada vez mais sentido. Contudo, o quadro de incertezas em relação à nova ordem internacional que se desenhava em meio ao fim da Guerra Fria e à intensificação da globalização geraram uma falta de consenso quanto à distribuição de poder que sucederia a bipolaridade. Isso alterou os padrões de legitimidade internacional e exigiu uma participação mais ativa na agenda multilateral por parte dos países que buscavam maiores poder e autonomia, como o Brasil.

Em meio à euforia neoliberal que se expressava no sistema internacional, as diretrizes da PEB a partir do governo Fernando Collor passaram a priorizar a aproximação às grandes potências, no intuito de adquirir visibilidade para a atração de investimentos estrangeiros. Afinal, as reformas neoliberais no país se refletiram justamente neste intuito da diplomacia de se alinhar ao centro de poder mundial. Tal quadro culminou, em termos de política externa, na relativa diminuição da participação do Estado como articulador da tomada de decisão no plano internacional, abrindo maior espaço aos interesses privados nesse ínterim. O discurso da PEB descaracterizava, assim, o perfil terceiro-mundista do Brasil, a fim de recuperar a credibilidade internacional do país (HIRST; PINHEIRO, 1995). Nas palavras do próprio Presidente:

O mandato que me conferiu o povo é o de promover a rápida modernização e a plena integração do país na economia internacional, para torná-lo mais competitivo e para que sua gente alcance os níveis de bem-estar a que seu talento e operosidade lhe dão direito. Meu compromisso é o de recuperar o Estado e a sociedade, garantir o funcionamento em sua plenitude das instituições

³¹ Não cabe aqui abordar o vasto debate acadêmico em torno de conceitos para se referir a este grupo de países de posição intermediária no sistema internacional, na medida em que a qualificação dos países varia conforme os elementos considerados em cada análise. Com base na intensa análise conceitual desenvolvida por Sennes (2003) em torno desses termos, este trabalho opta por se utilizar da ideia de “potência média”.

democráticas, reestruturar e revitalizar a economia, derrotar a inflação, liberar as forças criadoras da iniciativa privada [...] ³² (CORRÊA, 2007, p. 521).

Segundo Côrtes (2010), as postulações fundamentais da PEB no que tange ao desenvolvimento econômico, à cooperação internacional, ao repúdio ao protecionismo comercial e ao estímulo à ciência e à tecnologia foram mantidas, porém sutilmente. Nesse sentido, deve-se notar que houve fomento à questão regional, através da integração política, econômica e geográfica da América do Sul, por meio da criação do bloco econômico do Mercosul em 1991 e de eixos de energia, comunicação e transportes. Nessa época, tais iniciativas eram vistas como algo positivo no meio neoliberal. Para esta análise, foi a integração regional consistiu justamente em um grande ganho para a PEB. No âmbito multilateral, houve tentativas que se contrapuseram às grandes potências, como o pleito do Brasil a um posto fixo no CSNU – algo defendido até hoje pelo país. No entanto, de maneira geral, o país passou a se submeter a regimes multilaterais regidos por regulamentações desfavoráveis a sua condição de potência média. Por exemplo, com a adoção das regras comerciais internacionais por parte do Brasil, o país acabou sofrendo derrotas sucessivas no GATT, que levariam a sua marginalização como membro do Tratado; afinal, os próprios interesses brasileiros acabavam por, mais uma vez, ser ambíguos (CORRÊA, 2007).

Contudo, na medida em que o Brasil se tornava mais dependente de suas exportações aos países desenvolvidos, passando a ser objeto de intensas pressões para modificar sua conduta comercial, percebia-se nova situação de vulnerabilidade do país diante do sistema internacional (SENNES, 2003). Dessa forma, para Paulo Batista (1993), a partir dessa visão menor a respeito do Brasil, e, portanto, da forma pela qual devemos nos inserir no mundo, resultou inevitavelmente a transformação de um conceito aceitável, o da interdependência, num conceito inaceitável, o da dependência, que culminou no abandono do mínimo que se espera de um projeto nacional – autonomia.

O Presidente Itamar Franco manteve o mesmo modelo de política externa, porém combinado com elementos que se tornaram consagrados na atuação internacional brasileira, oriundos das décadas anteriores, tais quais o universalismo, a postura autonomista e propositiva e a defesa da soberania. A estratégia de desenvolvimento nacional envolvia a criação de um espaço econômico ampliado – sobretudo, via programas

³² Discurso do Presidente Fernando Collor na XLV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1990.

de integração regional – que possibilitasse a expansão da produção industrial brasileira de maior valor agregado, a qual dependia de um fluxo de investimentos que incorporassem tecnologias sensíveis. Ao mesmo tempo em que o Brasil assumia compromissos limitadores que visavam à transferência tecnológica, o país buscava reverter o quadro de passividade e, principalmente, adquirir maior visibilidade diante da comunidade internacional, primando pela democratização das relações internacionais e pela prevalência do multilateralismo (CANANI, 2004; HIRST; PINHEIRO, 1995). Assim, investiu-se no fortalecimento do Mercosul e propôs-se a Área de Livre Comércio Sul-Americano (ALCSA) como resposta ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA):

A aproximação de outros países sul-americanos em direção ao Mercosul vem demonstrar que a visão de uma Área de Livre Comércio da América do Sul caminha de forma efetiva para sua materialização. Essas realizações representam exemplo expressivo da capacidade empreendedora dos países latino-americanos e constituem etapa fundamental da consolidação da América do Sul como um todo harmônico e integrado³³. (CORRÊA, 2007, p. 588-589).

Para Fernando Henrique Cardoso (FHC), em seu primeiro mandato como Presidente, o Brasil deveria se adaptar à nova estrutura internacional e disputar dentro das regras, com base na estratégia de política externa que foi definida pelo próprio então Presidente da seguinte forma, utilizando-se da expressão cunhada pelo diplomata Gelson Fonseca:

[...] desde minha curta passagem pelo Itamaraty (de outubro de 1992 a maio de 1993) [a política externa brasileira] buscou a “autonomia pela participação” numa realidade internacional cambiante, em contraposição à “autonomia pela distância” da ordem mundial vigente, que em momentos anteriores marcou governos autoritários [...] Após a queda do muro de Berlim, em 1989, e com a aceleração dos processos vinculados à globalização, nos anos 1980 e 1990, havia que rever seus objetivos centrais. (CARDOSO, 2006, p. 604-606).

Assim, a adesão aos principais regimes internacionais, sem a perda da capacidade de gestão da política externa, visava a influenciar a formulação das decisões no sistema internacional de forma moderada. Nesse sentido, o multilateralismo foi eleito como forma de ação da nação desprovida de poder para conquistar credibilidade e concretizar seus interesses. É nesse contexto que FHC acabou por finalmente aderir ao TNP em 1996 e ao Protocolo de Kyoto em 1997. No entanto, vale notar que se mantiveram, ainda que de

³³ Discurso do Ministro Celso Amorim na XLIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1994.

forma mais prudente, a busca do Brasil pela vaga permanente no CSNU e a defesa de uma competição mais justa e igualitária no comércio internacional no âmbito da OMC (SILVA, 2009). O aspecto regional também manteve considerável importância como um dos eixos articuladores da inserção externa do país, de modo que FHC priorizou o Mercosul, no âmbito do qual se iniciaram negociações com a União Europeia, e estimulou a criação da ALCSA. Nessa esfera, porém, houve simultânea tentativa da diplomacia brasileira de buscar um maior equilíbrio no diálogo com os EUA no quadro das negociações da ALCA.

Nos anos seguintes, a crise do Plano Real e do Mercosul, em 1999, implicaram um desgaste do modelo econômico e de inserção internacional do Brasil, denunciando a vulnerabilidade financeira externa do país (SENNES, 2003). Além disso, as crises financeiras de outros países emergentes, vide os casos do México em 1994, dos Tigres Asiáticos em 1997 e da Rússia em 1998, demonstraram que as expectativas quanto à configuração de uma ordem multipolar com o fim da Guerra Fria não tiveram êxito. A incapacidade do Brasil, como potência média, de lidar positivamente com tais crises e a frustração do país em relação à atuação cada vez mais arbitrária das grandes potências, culminaram em um debate sobre os rumos da PEB. Para Tullo Vigevani, Marcelo Oliveira e Rodrigo Cintra (2003), a política de integração, adesão e participação proposta nessa época não foi plenamente acompanhada por ações que implicaram responsabilidades práticas do país, em razão de suas debilidades estruturais. Além disso, a preocupação com as dificuldades decorrentes da ampliação do unilateralismo estadunidense estimulou o Brasil a ampliar as relações multilaterais e bilaterais com outros países emergentes do Sul.

Nesse contexto, iniciou-se o segundo mandato de FHC, quando o quadro desfavorável em ambos os níveis (interno e externo) levou a diplomacia brasileira a praticar uma política externa mais realista e condizente com o comportamento que um país como o Brasil deveria assumir na ordem internacional. Desse modo, Silva (2009) propõe que o paradigma logístico sugerido por Amado Cervo começou a ganhar força já nesta época, quando o Estado passava a ser mais ativo na tomada de decisões. Nesse ínterim, passou-se também a notar a prática do que Ariane Figueira (2011) chamou de uma

diplomacia presidencial mais ativa³⁴. Retomava-se a valorização do público e abria-se espaço à participação da sociedade nas decisões, mas sem se abrir mão do privado, no caminho de uma interdependência real.

Na agenda da PEB, a integração física manteve relevância, destacando-se a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que nasceu na primeira reunião dos Presidentes da América do Sul em 2000, como forma de reativar os investimentos tanto públicos quanto privados na região. Assim, a participação do Estado, não apenas no apoio, mas no direcionamento das forças de mercado para setores e investimentos que considerava estratégicos passou a ser determinante. Isso levou à atuação mais enérgica do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tornando-o essencial para os projetos em infraestrutura. Ao mesmo tempo, vale notar que o país acabou por não concluir qualquer acordo no âmbito da ALCA; aliás, tentou se utilizar das negociações Mercosul-União Europeia para assegurar maior espaço de manobra quanto a seus interesses em relação às grandes potências. Segundo Sean Burges (2008), a diplomacia brasileira passou a mascarar esforços para estruturar as relações e organizações subcontinentais de forma favorável aos interesses do país. Dadas as suas capacidades de poder militar e econômico limitadas, a partir de uma estratégia de liderança na região, o Brasil pareceu contemplar a noção gramsciniana de “hegemonia consensual”³⁵, ao buscar o consentimento de outros países do subcontinente em sua tentativa de alavancar tal projeto:

A abordagem inclusiva inerente à hegemonia consensual abre novo espaço para a compreensão de como países regionalmente importantes, mas não exatamente dominantes, como o Brasil, podem efetivamente moldar políticas externas destinadas a fazer avançar as prioridades nacionais a nível internacional através da mobilização de uma ação coletiva a nível regional. Com efeito, isto sugere que os sistemas globais e regionais podem ser criados através da cooperação de uma série de atores, com a coordenação do projeto mudando de ator para ator, conforme as circunstâncias exigem. Tal abordagem abre novo espaço para a compreensão de como economias emergentes vêm agindo no sistema global [...] (p. 18).

³⁴ Desde a Constituição de 1988, manter relações com Estados estrangeiros compete ao Presidente (art.84), que pode atuar de maneira passiva, delegando suas funções ao regime burocrático (diplomacia protocolar), ou de maneira ativa, como uma espécie de ferramenta para o diálogo e transmissão de ideias para a opinião pública (diplomacia presidencial). Esta última consiste em uma forma mais direta de atuação, independentemente da linha ou do conteúdo da PEB, buscando garantir uma inserção mundial positiva e atraindo a atenção da opinião pública para assuntos de política externa e visando maior apoio para as decisões na área, como um meio de obter legitimidade. A partir de meados dos anos 1990, ocorreu uma ampliação dessa atividade no Executivo brasileiro, refletida no aumento das visitas internacionais realizadas e recebidas, no crescimento do número de reuniões multilaterais e na multiplicação dos discursos presidenciais em política externa (FIGUEIRA, 2011).

³⁵ Proposto por Gramsci, tal conceito sugere que a dominação de um Estado se dá mais eficientemente através do consenso em detrimento à coerção (CASTRO, 2000).

No plano multilateral, o então Ministro Celso Lafer (2000) chamou de “jogo de alianças de geometria variável” a estratégia em que a diplomacia brasileira passou a investir esforços, onde ele identificou o grande potencial e ao mesmo tempo o maior desafio da PEB. Nesse sentido, as iniciativas de combate à AIDS, através da pressão pelo licenciamento compulsório de antirretrovirais no âmbito da OMS em 2001, foram fundamentais para a aproximação com África do Sul e Índia na defesa da redução de seus preços internacionais, em contraposição à propriedade intelectual sobre patentes farmacêuticas reivindicada pelos EUA (CERVO; BUENO, 2002; CEPALUNI; VIGEVANI, 2007). Já no que tange à área econômica, a diplomacia brasileira buscou vencer os efeitos da crise internacional, de modo que Lampreia apontava para a necessidade de que lideranças mundiais se reunissem na tentativa de tornar o sistema financeiro mundial mais eficaz a todas as nações:

Em seguidas mensagens enviadas aos integrantes do G-7, a partir de 1995, [FHC] formulou propostas concretas: aumento da cooperação entre autoridades monetárias; ampliação da coordenação de políticas macroeconômicas entre países que possam ter impacto significativo nas finanças mundiais; aperfeiçoamento da capacidade internacional de monitorar políticas macroeconômicas domésticas; e expansão dos mecanismos de estabilização de moedas submetidas a ataque especulativo. Houve avanços significativos em algumas dessas linhas, mas as providências adotadas ainda são insuficientes³⁶. (CORRÊA, 2007).

A partir dos estudos e discursos apresentados, passa-se a perceber uma inflexão nas diretrizes da PEB com a virada do século. Afinal, o declínio do neoliberalismo parece ter feito com que o país passasse a defender os seus interesses de maneira mais determinada no plano internacional, percebendo a necessidade de atuar em colaboração com a maior gama possível de parceiros. Essa tendência foi mantida na PEB do governo Lula da Silva, havendo manutenção das diretrizes gerais e aprofundamento de ações já em curso durante o segundo mandato de FHC (SILVA, 2009). Ao assumir a ideia de que o Brasil era um agente com potencial modificador na ordem internacional, a diplomacia brasileira sustentava que o país deveria investir em uma política externa mais vigorosa. Como apontou o então Ministro Celso Amorim, a PEB seria “ativa”, ao não se submeter às grandes potências, posto que o país tinha capacidade de defender seus próprios interesses

³⁶ Discurso do Ministro Luiz Felipe Lampreia na LIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1998.

na cena internacional, e “ativa”, em contraposição às ideias anteriores de não almejar o protagonismo para não se indispor neste mesmo ambiente global.

Segundo sugerido por Cepaluni e Vigevani (2007), a estratégia de “autonomia pela diversificação” veio a caracterizar a política externa dos anos 2000, na medida em que se passou a buscar a expansão do diálogo com um maior número de países através de novas parcerias, muitas das quais viriam a se configurar em coalizões de geometria variável nas quais a participação brasileira conquistou importante influência (SILVA, 2015). Tal ênfase pode ser percebida logo no discurso de posse do Presidente Lula, em que ele demonstrou sua prioridade a essa diversificação, notando-se, portanto, a intenção de alcançar a meta estratégica da PEB de tornar o Brasil um país “globalista”:

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros [...] A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado³⁷ (BRASIL, 2008, p. 15-16).

Com isso, a afirmação de autonomia frente às grandes potências e a ampliação dos laços com países do Sul, tanto bilateralmente como em instituições internacionais, passavam a compor a estratégia da PEB. A diplomacia brasileira buscava, dessa maneira, responder à dinâmica e multifacetada agenda internacional, em que ministérios e empresas público-privadas passaram a participar de redes globais, para além das questões de comércio e investimento, tornando o processo decisório mais permeável a diferentes interesses políticos, econômicos e sociais, conforme apontam Melissa Pomeroy e Laura Waisbich (2016). Vale notar também a influência de movimentos e organizações da sociedade civil, que começavam a requerer maior democratização do processo decisório da política externa, um fenômeno mais recente, mas sem dúvida crescentemente presente no cenário a partir desse período. Por isso, as relações no âmbito do novo modelo de cooperação internacional proposto pareciam se distinguir por sua essência; afinal, nas palavras do então Ministro:

³⁷ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, 2003.

A promoção do desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva. O Brasil vem se empenhando em ajudar outros países a replicar experiências bem-sucedidas. Nesses últimos anos, o Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo sentido de solidariedade. Temos a convicção de que é possível fazer política externa com humanismo, sem perder de vista o interesse nacional. Essa política é amparada por iniciativas de cooperação Sul-Sul³⁸. (BRASIL, 2010, p. 143).

Assim, passava a fazer mais sentido a busca pela democratização do sistema internacional, bem como a inclusão de temas sociais na agenda global, com destaque ao combate à fome e à pobreza internacionais. Conforme Lula: “se queremos outra globalização – menos desigual, mais solidária – precisamos construir parcerias estratégicas que unam os países em desenvolvimento em torno dos mesmos objetivos e que atendam, sobretudo, os países mais pobres”. (BRASIL, 2008, p. 65). Nesse contexto, os representantes brasileiros, pouco a pouco, retomaram a lógica de ação diplomática no sentido de valorização das parcerias com os países do Sul, que atingiu seu ápice em 2005, quando também há que se notar o auge dos investimentos na ABC. Segundo Puente (2010), a partir desse ano, a instituição retomava sua importância na PEB.

Portanto, o que se veio a chamar de Sul Global passava a compor um importante eixo estratégico da PEB, na medida em que tal orientação agora encontrava maior convergência com a ideologia da política interna do país. Entretanto, vale notar que o intuito de reduzir as assimetrias em relação aos países do Norte, bem como de aumentar a capacidade de negociação internacional do Brasil, não refletiam uma estratégia reformadora da ordem internacional vigente – tal qual se pode perceber nas reivindicações terceiro-mundistas –, senão que uma reformulação das relações internacionais tradicionais dentro de um cenário que se buscava influenciar com mais cautela, como se pode perceber nas palavras do Presidente:

As iniciativas Sul-Sul de nossa cooperação internacional não prejudicam relações tradicionais e indispensáveis com nossos parceiros industrializados. Partem da constatação evidente de que alcançamos níveis de maturidade política e econômica, que nos habilitam a ampliar nossos horizontes de atuação³⁹. (BRASIL, 2008, p. 55).

As relações bilaterais do Brasil se intensificaram muito devido ao novo foco de parcerias da PEB. Por um lado, as alianças com os países ricos se mantiveram importantes. Os EUA continuaram sendo vistos como um parceiro de grande importância, vide os

³⁸ Discurso do Ministro Celso Amorim na LXV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 2010.

³⁹ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Abertura da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, 2005.

acordos de cooperação tecnológica e militar assinados com o país e a resolução de contenciosos comerciais, mas passavam ser tratados com pragmatismo. A consolidação e o fortalecimento da União Europeia – e, logo, da Zona do Euro –, passou a desafiar a hegemonia econômica do país na América do Sul, já que o Brasil se tornou parceiro estratégico do bloco, merecendo destaque o acordo nuclear renovado com Alemanha e França. Por outro lado, houve grande avanço nas relações com os países do Sul. O Brasil abriu inúmeras embaixadas notadamente na África e Caribe, a fim de não só melhorar as relações comerciais (dada a nova tendência de acordos comerciais bilaterais à margem da OMC), mas também diplomáticas com tais nações.

Na Ásia, houve a cooperação técnica com a Índia e a intensificação do fluxo bidirecional de comércio e investimentos com a China, que investiu em projetos de desenvolvimento do Brasil, tornando-se seu maior parceiro comercial em 2008. O Brasil mediou conflitos no Oriente Médio, a convite dos próprios envolvidos, refletindo uma surpreendente relação de confiança que se logrou estabelecer em pouco tempo de inserção na região. Com relação à África, o país investiu em inúmeras visitas diplomáticas e perdoou a dívida de algumas nações, estabelecendo parcerias para cooperação técnica em áreas como saúde, educação e agricultura e fomentando relações histórico-culturais com o continente, a fim de facilitar a cooperação. A proximidade entre as políticas doméstica e externa - no que tange ao auxílio aos povos negros tanto brasileiros quanto africanos - ajudou na aceitação da entrada do Brasil no continente. O estímulo ao intercâmbio comercial se deu através de uma série de ações que contaram com a presença de empresas brasileiras – cabendo notar aqui que nem só o Estado brasileiro teve atuação nessas relações com os países africanos. (VILLAS-BÔAS, 2011).

Na América Latina, o Brasil apoiou a resolução de crises políticas (Venezuela e Bolívia) e realizou uma série de visitas oficiais pela América do Sul (CÔRTEZ, 2010). Tais relações se confundem com as diretrizes da PEB no nível regional, em que o Brasil passou a utilizar a integração do subcontinente sul-americano como plataforma de CSS via construção de um espaço político-econômico capaz de se converter em um polo mundial, com vistas a avançar alianças com outras regiões. A importância estratégica do Mercosul foi ressaltada como base material de congruência política no subcontinente, valorizando-se a paz e a democracia para além da economia. Em 2003, Lula propôs o Programa de Trabalho na XXIV Cúpula do Mercosul, visando à criação de uma união aduaneira entre os

países constituintes do mercado comum já consolidado, de modo que o bloco veio a ganhar mais membros do subcontinente⁴⁰.

Ademais, firmaram-se acordos de livre-comércio com a Comunidade Andina, cujas negociações haviam iniciado em 1998 e foram concluídas apenas em 2005, com Israel em 2007 e com o Egito em 2010. Além disso, a institucionalização da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) em 2004, que deu origem à União das Nações Sul-Americanas (UNASUL,) em 2008, foi fundamental para fortalecer a união política e integração econômica dos doze países envolvidos, constituindo-se em um polo de poder que realiza de modo direto os interesses brasileiros – e favorecendo, inclusive, o Mercosul. Tais investidas tiveram um reflexo muito positivo na agenda de uma política externa fortemente voltada ao crescimento econômico do país e, conseqüentemente, na conquista de voz política, tanto a nível regional quanto global. Como reflete o discurso do Presidente, “[essa] parceria vai além da criação de um espaço econômico continental. Queremos que a articulação de nossa diversidade seja um fator de multiplicação de nossa força”⁴¹ (BRASIL, 2009, p. 103).

Porém, embora interessasse à PEB garantir o espaço regional como zona de influência imediata, visto ser seu principal mercado para as exportações de manufaturados, o acúmulo de *superávits* por parte do país em relação a praticamente todos seus vizinhos da região ainda tornava a relação econômica desequilibrada, causando a impressão de uma intenção “imperialista” brasileira. Contudo, os dados acerca dos investimentos externos diretos na região na última década não corroboram essa percepção. Afinal, não obstante a prioridade explícita da diplomacia brasileira, na prática, a região não exerceu a mesma força de atração aos agentes econômicos nacionais, que pareceram não seguir fielmente a indução ou orientação estatal. Apesar da condição do Brasil de país sul-americano que realizava os maiores volumes de investimento externo direto, estes não se concentraram no subcontinente, dado que a iniciativa privada não seguiu a priorização da agenda diplomática.

Contudo, entende-se que a grande conquista da PEB em termos das relações Sul-Sul foi a sua crescente participação em coalizões de geometria variável, a nível multilateral, que passaram a se configurar como retrato da realidade do sistema

⁴⁰ Através de acordos de complementação econômica, no mesmo ano, o Peru tornou-se parceiro e posteriormente membro-associado do bloco, assim como ocorreu com Colômbia, Venezuela e Equador em 2004.

⁴¹ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cerimônia de entrega do Prêmio Félix Houphouëtboigny pela Busca da Paz, 2009.

internacional do pós-Guerra Fria, refletindo o que esta análise considera como a relativização do poder das potências estabelecidas durante o século XX, rumo à multilateralização do sistema internacional. Tal consolidação das relações com nações do Sul Global só foi possível graças ao empenho da diplomacia brasileira em grupos como os já mencionados BRICS, IBAS e BASIC, todos surgidos durante esse mandato, no intuito de conquistar uma posição política mais ativa na ordem internacional através de seu ascendente peso econômico no sistema mundial.

Uma vez já se havendo abordado as origens de ambos os grupos na seção precedente, pode-se dizer que, em termos do contexto brasileiro, essas parcerias presaram pelo fortalecimento da CSS e pelo incremento do protagonismo internacional brasileiro. No entanto, embora tenha sido possível aumentar o intercâmbio comercial, tecnológico e militar com China e Rússia, grande marca da política externa de Lula, recrudescendo-se essas parcerias estratégicas como forma de diversificar relações e de construir coalizões que alterassem a geografia do poder mundial, o IBAS pareceu surgir como uma alternativa mais viável e menos restritiva à PEB, tornando-se uma articulação paralela aos BRICS. Institucionalizado durante o governo Lula, o G3, como também pode ser chamado, passou a abranger um vasto espectro de iniciativas, sobretudo nas áreas de energia, saúde, comércio, combate à pobreza, agricultura, ciência e tecnologia, parecendo mais promissor para avançar os interesses brasileiros, como visto na seção anterior. Para a internacionalista Camila Jardim, o fato é que ambas as parcerias foram – e ainda são – válidas ao país, embora de modos distintos:

Considerando a situação ambivalente de coexistência de elementos de potência e país em desenvolvimento em potências médias ou países emergentes e da crise de representatividade perante outros países de menor desenvolvimento relativo, acredita-se que o IBAS fortalece a imagem do Brasil enquanto país em desenvolvimento, que ainda enfrenta problemas típicos do Sul Global e com o qual as demais nações em desenvolvimento se identificam; de modo a contribuir, em última instância, para a imagem do Brasil enquanto liderança legítima do mundo em desenvolvimento. Por outro lado, o BRICS proporcionaria ao Brasil uma posição de potência emergente mais consistente, uma vez que agrega peso à posição brasileira enquanto um ator relevante nas relações internacionais, o qual merece mais espaço na formulação da agenda internacional e está disposto a arcar com custos de fornecimento de bens públicos internacionais (2015, p. 13).

Ainda na esfera multilateral, houve aumento da relevância das discussões sobre a reforma do sistema financeiro mundial e estabelecimento da reciprocidade de benefícios no comércio internacional. A partir de 2003, as decisões tomadas no âmbito do G20

financeiro passavam a preponderar em relação ao G8, graças à percepção de que os países em desenvolvimento ganhavam participação significativa no cenário internacional. As nações desenvolvidas buscavam, com isso, atenuar a criação de cotas aos primeiros no FMI, onde os mesmos haviam acumulado significativa quantia de reservas internacionais. No entanto, a passagem dos BRICS à posição de credores da instituição em 2009 não obteve a aprovação dos EUA para se concretizar à época (SILVA, 2009). Também cabe notar que o Brasil capitaneou a criação do G20 comercial em 2003, fórum permanente formado pelas principais economias emergentes e em desenvolvimento do mundo para debater suas demandas nas questões econômicas globais, contudo, os progressos obtidos nas Rodadas de Doha foram insuficientes para a multilateralização das regras do comércio internacional, que foram paralisadas em 2009. Quanto a esse feito, considera-se que, porém, a atuação do Presidente Lula refletiu a defesa da soberania dos países em desenvolvimento, que se recusavam a se submeter ao protecionismo dos desenvolvidos na questão comercial:

Esperamos coerência de nossos parceiros mais ricos. Vejo com preocupação as resistências na OMC para remover subsídios bilionários, principalmente à agricultura. Questões prioritárias – como a do acesso a medicamentos – são proteladas. Essas atitudes não são construtivas e só aumentam o ceticismo em relação às boas intenções e à sabedoria dos mais prósperos. Temos de definir responsabilidades, o que implica também em novas tarefas para os países em desenvolvimento. Os que dispõem de maior capacidade podem e devem executar políticas mais solidárias e generosas em favor nas nações mais necessitadas⁴². (BRASIL, 2008, p. 21).

Não obstante, foi na temática da reforma das instituições internacionais que a PEB deixou nítida a identidade do país como representante do mundo em desenvolvimento. Ao considerar o CSNU “anacrônico, opaco, antidemocrático”, o Brasil passou a postular por sua reestruturação no sentido da democratização do sistema internacional, qualificando as nações do Sul como “potências atuais”, em contraposição às “potências antigas” ascendentes após a II Guerra” (LIMA, 2015, p. 236). Para Cepaluni e Vigevani (2007), nessa época, houve maior firmeza na busca por tal feito, visto que ocorreram esforços concretos na tentativa de provar à comunidade global que o Brasil tinha condições de assumir aquela posição. Além da aliança multilateral já mencionada na seção precedente referente ao G4, particularmente em relação à atuação brasileira vale destacar o episódio da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que iniciou em

⁴² Discurso do Presidente Lula da Silva no Diálogo Ampliado da Cúpula do G-8, 2003.

2004, sob liderança brasileira – pela primeira vez nas forças de Paz da ONU –, fazendo parte da estratégia da PEB de alcançar reconhecimento internacional (BRASIL, 2016; LIMA, 2015):

Esse exemplo merece ser acompanhado por todas as regiões que almejam integrar-se de forma soberana e pacífica na comunidade internacional. No Haiti, a América Latina quer demonstrar que as Nações Unidas não estão condenadas a simplesmente recolher os destroços dos conflitos que não pôde evitar⁴³. (CORRÊA, 2007, p. 744).

Como forma de mostrar sua não-omissão e sua capacidade de intervenção em políticas que visam à paz internacional, a PEB passou a sublinhar, em paralelo ao princípio da não-intervenção, o princípio da não-indiferença – que, vale lembrar, teve suas origens no terceiro-mundismo e foi incorporado ao âmbito da CSS. Ciente da importância de ambos na conjuntura global de então, Lula afirmou: “não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos”⁴⁴ (CORRÊA, 2007, p. 720).

Assim, o país diferenciava-se da visão pacificadora (mas militarista) defendida pelas grandes potências, em prol de uma perspectiva voltada ao desenvolvimento socioeconômico como fruto da estabilidade. Além disso, pode-se dizer que o Brasil teve experiências mais exitosas como líder dos países emergentes do que líder regional, tanto no discurso oficial quanto na prática, ainda que continuasse a salientar a importância desta última esfera, como uma potência em ascensão que entendia ser. (MESQUITA; MEDEIROS, 2016; MALAMUD; RODRIGUEZ, 2013). Dessa forma, esta análise entende que o período supracitado consta do auge da importância relegada ao Sul Global na PEB, de forma que o que antes o Brasil apenas almejava em sua retórica se tornava um fato concreto. Afinal, como disse Amorim: “a noção de ‘quase futuro’, em um primeiro momento, dispensou o ‘quase’ e, depois, fez do futuro o presente - como reconhecem hoje governos estrangeiros e a opinião pública mundial” (BRASIL, 2010, p. 46).

Já no governo de Dilma Rousseff, durante o primeiro mandato, ainda havia expectativas de superação do momento internacional de uma crise que parecia não afetar – mas ao contrário, fortalecer – o país, colocando-o ao lado das demais nações emergentes

⁴³ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2005.

⁴⁴ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na LIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas 2004.

do Sul Global em um quadro do que parecia tender a uma reconfiguração da ordem mundial:

E desenvolvemos essa renovada inserção em um mundo que, ele próprio, se transforma em ritmo acelerado e nos oferece oportunidades de ação externa em alguns casos inéditas. Ficou para trás a unipolaridade da última década do século XX. Hoje, nenhum país individualmente, ou grupo de países, será capaz de moldar a ordem internacional das próximas décadas. O poder mundial desconcentra-se. A crise econômica e financeira internacional, em seus dois momentos – em 2008, com epicentro nos EUA, e a partir de 2010, na Europa –, acelerou esse processo de difusão do poder. Há uma transição em curso. Os países em desenvolvimento passam a responder por um percentual mais significativo da riqueza global, e já respondem por mais da metade do crescimento da economia mundial⁴⁵. (BRASIL, 2013, p. 55).

Conforme o então Ministro Luiz Alberto Figueiredo “[...] os excessos financeiros e econômicos da globalização encontraram seu limite na crise de 2008” (BRASIL, 2014, p. 35). Nesse sentido, em discurso no Fórum Econômico Mundial de Davos em 2014, a Presidenta enfatizava o potencial de aumento do dinamismo das economias emergente após a crise, embora lembrando que, por estas demandarem infraestrutura e mercados diversificados, havia claro interesse na recuperação das grandes potências –as mais afetadas pela crise até então – no sentido da criação do que chamou de um “ambiente econômico global mais favorável para todo o mundo” (BRASIL, 2014, p. 115). Segundo Haroldo Ramanzini Jr. e Marcelo Passini Mariano, existia a ideia de fortalecimento nacional através de setores produtivos, empresas e estruturas estatais com vistas à ampliação do papel do Brasil no mundo, tanto por fortalecer sua posição no sistema internacional quanto por buscar benefícios gerais aos países em desenvolvimento. Assim, o país visava a obter capacidade de negociação com os países desenvolvidos e a se destacar como exportador de capital, tecnologia, serviços, práticas de políticas públicas, além de como importante exportador de commodities (2015).

Tal clima de euforia não era apenas sustentado pelo discurso da PEB. Conforme, a Revisão da Política de Comércio Internacional do Brasil na OMC⁴⁶, seus membros reconheceram o bom desempenho econômico do país nos últimos anos e o seu potencial de

⁴⁵ Discurso do Ministro Antônio Patriota na Cerimônia de Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, 2013.

⁴⁶ Conforme o Itamaraty, “o objetivo da revisão é aumentar a transparência e a compreensão mútua dos Membros sobre as respectivas políticas comerciais e contribuir para o debate do público e dos Governos a respeito do alcance e dos efeitos daquelas políticas” (BRASIL, 2013, p. 339). No caso brasileiro, a política comercial internacional é avaliada a cada quatro anos pela organização em um processo que envolve pareceres de todos os seus membros.

desenvolvimento para os próximos, elogiando-o pela maneira como vinha enfrentando a crise econômica e financeira mundial em virtude do que se considerou “políticas macroeconômicas sólidas” (BRASIL, 2013, p. 339). Além disso, a diversificação do seu comércio exterior, a estabilidade financeira e a melhora dos índices sociais – redução da pobreza, da desigualdade de renda e do desemprego – também foram pontos salientados neste íterim. No mesmo ano, o Brasil teve êxito em sua candidatura à Diretoria-Geral da organização, sendo que semelhante fato relativo à conquista deste alto posto também havia ocorrido em 2011, no âmbito da FAO (BRASIL, 2013). Nesse contexto, o país destacava-se no cenário internacional, onde dava continuidade à defesa de seus interesses como país emergente do Sul Global:

O arcabouço político, institucional e jurídico internacional montado a partir de 1945 reflete, especialmente em alguns de seus arranjos principais, níveis de concentração de poder em descompasso com a realidade atual. Isso cria barreiras à plena participação de novos atores. Os “donos do poder” resistem à eliminação ou mesmo à redução de tais barreiras. Os casos mais evidentes, mas não únicos, são o da composição do Conselho de Segurança da ONU e a distribuição de quotas e cargos de direção nas instituições financeiras internacionais [...] Assim, por princípio e por legítimo interesse nacional e sistêmico, desejamos favorecer a desconcentração do poder e uma reforma da governança de modo a torná-la mais inclusiva e participativa, mas também mais funcional e legítima [...] A desconcentração de poder em curso só poderá produzir graus mais elevados de legitimidade e funcionalidade por meio do diálogo multilateral, ao qual não há alternativa⁴⁷. (BRASIL, 2014, p. 13).

No entanto, se os acontecimentos internacionais pareciam apontar ao declínio das grandes potências capitalistas, dado o crescimento do terrorismo e o agravamento de uma crise econômica internacional que chegou a colocar em cheque a manutenção da União Europeia e a unipolaridade dos EUA, durante o segundo mandato de Dilma, a relativa recuperação destas nações em detrimento à grande crise política interna, que viria a se somar à crise econômico-financeira mundial, acabaram por desviar o foco do que vinha sendo o projeto de uma política externa mais aberta ao diálogo com o Sul. Certamente, houve episódios ainda muito relevantes do ponto de vista da manutenção da relevância do Sul Global nas diretrizes da PEB, que serão salientados a seguir, no entanto, estes consistem em exceções à tendência geral de perda de dinamismo das relações exteriores do país diante de crescentes efeitos da crise política interna. Não à toa, esta análise identificou uma clara diminuição da menção às relações Sul-Sul no discurso da PEB.

⁴⁷ Palestra Magna do Ministro Luiz Alberto Figueiredo, 2014.

Durante o último mandato da Presidenta, prioridade foi dada ao nível multilateral, em que se identificam esforços da diplomacia brasileira no sentido do empenho na concretização dos já citados Banco do BRICS e Acordo de Reservas em 2014, além da significativa participação do país no Banco da China a partir de 2015, quando o Brasil passou a ser considerado membro fundador da instituição (BRASIL, 2016). Já no âmbito do IBAS, a Presidente lançou a ideia de “responsabilidade ao proteger” (civis em conflitos armados), em complementaridade à noção de “responsabilidade de proteger”, enfatizando a soberania dos Estados simultaneamente à intenção do Brasil de influenciar em questões políticas internacionais, e mais uma vez fomentando o pleito do país a um assento permanente no CSNU (BRASIL, 2016). Nesse contexto, vale notar a ênfase dada à solução pacífica via diálogo diplomático, presentes no discurso da PEB de forma a exaltar o exemplo brasileiro de coexistência pacífica há 140 anos, ao condenar os conflitos internacionais na Líbia, no Iraque, na Síria e na Palestina (BRASIL, 2014). Para Ramanzini Jr. e Mariano,

[Houve] continuidade de políticas fundamentadas na ideia de autonomia presentes, por exemplo, na reação às denúncias de espionagem da NSA, nas posições em relação à intervenção internacional na Líbia e na Síria e o voto contrário às sanções ao Irã no Conselho de Segurança da ONU em 2011. De todo modo, o tom geral parece de perspectiva mais reativa do que propriamente propositiva, com exceções relevantes, como a ideia de “responsabilidade ao proteger”, lançada em setembro de 2011 (2015, n.p.).

A nível regional, vale notar o papel fundamental na promoção do diálogo entre situação e oposição para preservar a estabilidade e a democracia no continente sul-americano no que tange ao caso da crise venezuelana no âmbito da UNASUL em 2014 (BRASIL, 2016). Além disso, dado o contexto internacional da crise econômico-financeira, ressaltou-se a integração e a cooperação a nível regional na esfera do Mercosul, sempre se enfatizando um modelo de desenvolvimento voltado à inclusão social (BRASIL, 2014). Contudo, a falta de uma política industrial eficiente e a ausência de um programa com o empresariado acabaram se sobrepondo a quaisquer conquistas regionais, na medida em que culminaram no direcionamento do investimento estrangeiro brasileiro para fora da região, desalinhando-se à prioridade da PEB em relação à América do Sul e refletindo-se na estagnação do processo de integração no subcontinente.

Na atuação bilateral, o caso iraniano foi digno de nota ao diferenciar a diplomacia conciliadora do Brasil de uma diplomacia estadunidense com interesses hegemônicos e de um CSNU despótico e fechado ao diálogo (LIMA, 2015). Tal episódio refletiu a intenção

do país de se posicionar diante de um tema global relevante no jogo de poder internacional, o que somente foi possível graças ao caráter horizontal do processo decisório em política externa do país e à autonomia em suas relações exteriores – mantidas nas diretrizes da PEB e refletidas na institucionalização da diversificação de suas parcerias.

Apesar dos importantes fatos apontados, as relações internacionais do Brasil atravessaram um período caracterizado pelo declínio em comparação ao que se vinha conquistando nos governos anteriores. Até a presente década, a percepção interna e externa quanto à condição de um país emergente e dinâmico no sistema internacional estava fundamentada sobre sólidos objetivos. Porém, muitos destes foram sendo levados a cabo em virtude da estabilidade política e econômica, de uma política exterior assertiva e de uma dinâmica internacionalização de empresas nacionais.

No entanto, notadamente a partir do segundo mandato da Presidenta, esse quadro mudou – em parte, como possível resultado de certos gargalos que tenham sido herdados do governo anterior, mas que acabaram por somente então eclodir. Segundo Ramanzini e Mariano (2015), houve dificuldade do Estado em manter o diálogo intenso com segmentos dinâmicos da sociedade, bem como na perda de eficiência da gestão ao não formular uma política de comércio exterior e uma política industrial adequadas, nem planejar uma estratégia de inovação junto do empresariado. O Brasil passava a avançar sua participação nas cadeias globais de valor, inclusive contando com maior participação relativa nas exportações dos outros países, mas por ser exportador de *commodities*, culminando na desindustrialização do país, vista por muitos economistas como negativa⁴⁸. Além disso, na esfera internacional, a crise econômico-financeira, a paralisia das negociações multilaterais e o atrito com os EUA em razão da espionagem foram fatores que contribuíram ao declínio do dinamismo da PEB.

Interrompia-se, assim, a eficiência do paradigma logístico de condução da PEB, prejudicando a relação entre o Estado e setores não-governamentais da sociedade, levando à desindustrialização, à queda nas exportações e no crescimento econômico, e finalmente à

⁴⁸ Para Oreiro e Feijó (2010), desindustrialização consta da queda da participação da indústria de transformação no valor agregado ao PIB brasileira simultaneamente à queda do emprego industrial em relação ao emprego total, tratando-se, portanto, de diminuições relativas. A partir disto, ambos os economistas concluem que o Brasil passa por um processo de desindustrialização negativa, na medida em que ocorre em razão da *reprimarização* de sua indústria – e não da especialização em fases mais sofisticadas da cadeia produtiva. Assim, a desindustrialização brasileira é considerada precoce, visto que o país não teria ainda aproveitado todos os benefícios da industrialização. Para além do caráter *etapista* desta consideração, este trabalho entende que isso nada mais seja do que um reflexo de que os países considerados atrasados sempre se viram obrigados a tentar acompanhar os mais desenvolvidos na busca pelo progresso, muitas vezes deixando de consolidar aspectos importantes de suas instituições e estruturas.

quebra de confiança no país. Afinal, a PEB dos anos 2010 passou a enfatizar relações comerciais propriamente ditas no contexto do Sul Global, em detrimento à centralidade que as relações neste sentido ganharam no período anterior, arriscando o apoio multilateral ao país em questões importantes da agenda internacional e, conseqüentemente, sua participação na democratização da ordem internacional. Nesse sentido, o novo governo Michel Temer parece intencionar manter a estratégia do final do mandato Rouseff, de sustentar relações com o Sul Global apenas como ponte comercial (RAMANZINI; MARIANO, 2015).

Portanto, retomando-se a análise realizada nesta subseção, conclui-se que a nova conjuntura internacional dos anos do pós-Guerra Fria apontou para a impossibilidade da manutenção de uma política externa com baixo grau de interdependência com relação a outros países e para a necessidade de afirmar a sua estabilidade política e econômica. A fim de se tornar um país confiável perante o sistema internacional, o Brasil buscou acompanhar tal reestruturação, passando a disfrutar de crescente participação na tomada de decisões da agenda global. Tais fatos externos, somados à redemocratização interna no país, refletiram-se no investimento da diplomacia brasileira em uma nova forma de dialogar com o mundo, revendo os objetivos centrais da PEB. Embora se perceba uma divergência quanto às concepções de autonomia e de interesse nacional desde meados dos anos 1990 até metade desta década de 2010, verifica-se em comum durante o período a preocupação de apresentar o Brasil como um país democrático e economicamente estável no nível externo e disposto a liderar a integração do subcontinente sul-americano no nível regional, na busca por corresponder às expectativas da potência média em que se transformara.

No entanto, este trabalho considera que as iniciativas no sentido das relações Sul-Sul começaram a ser tornar mais claras nas diretrizes da PEB apenas a partir do segundo mandato FHC, quando se passou a estimular a participação do Brasil em parcerias de geometria variável, e ganharam ênfase no governo Lula, quando a CSS propriamente dita veio a ser englobada no discurso de política externa. A partir de então, nota-se também que o Brasil intensificou suas relações com o Sul Global, conquistando posições de liderança no cenário internacional através do aumento de sua participação político-econômica lograda em virtude dessa nova estratégia de inserção externa. Símbolos disso foram a institucionalização de tal perspectiva através do IBAS e, posteriormente, do Banco dos

BRICS, bem como a introdução dos princípios do novo modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento na estratégia da PEB:

[...] o governo brasileiro tem como pressuposto fundamental que a cooperação técnica recebida deve contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do país e para a construção da autonomia nacional nos temas abrangidos. A mesma preocupação aplica-se à cooperação técnica prestada pelo Brasil a outros países, sendo que a missão da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (ou Cooperação Sul-Sul) é definida pela ABC como a de contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento para a ampliação dos seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições, por meio do compartilhamento de políticas públicas bem sucedidas. (ABC, 2016, n.p.).

Por isso, esta análise considera que a expressão da noção de Sul Global, como parte da estratégia da PEB, pode ser identificada em suas diretrizes apenas a partir do início da década de 2000. Afinal, apenas na virada do milênio a ideia de seu envolvimento como integrante de um grupo de nações que almejava maior participação na agenda global passava a fazer sentido para sua política externa. Cabe salientar aqui que, como apontado na seção precedente em relação ao sistema internacional, no caso brasileiro, a noção de Sul Global na PEB não deixou de retomar críticas que ainda se podem associar ao Terceiro Mundo. O seguinte trecho do discurso de Amorim expressa claramente o desafio da diplomacia brasileira em relação a estratégia de inserção internacional que o Brasil passou a perseguir na época, o que reforça a percepção anteriormente abordada quanto às características de continuidade, simultaneamente à de atualização, presentes nesse novo conceito:

Creio que em muitas outras coisas, a coisa mais difícil é quebrar **barreiras mentais**. E isso também é verdade em relação à cooperação Sul-Sul [...] levou, talvez, muito tempo para as pessoas se acostumarem e talvez infelizmente — eu digo infelizmente porque isso ainda mostra que nós ainda temos uma **mentalidade colonial** muito forte — teve de ocorrer um convite do Presidente Obama para ter uma reunião com a UNASUL para que as pessoas, mesmo em nosso próprio país, verem que UNASUL era uma maneira legítima de nos organizar, sem necessariamente confrontar outros grupos. Isso mostra muito claramente que as maiores barreiras que nós temos de superar são as barreiras mentais. E a mesma coisa aconteceu em relação à África⁴⁹. (BRASIL, 2016, n.p., tradução nossa, grifos nossos).

No entanto, cabe observar que recentemente se observa o declínio do foco antes atribuído à ideia de Sul Global nas diretrizes da PEB, na medida em que esta análise

⁴⁹ Discurso do Ministro Celso Amorim na Abertura da *Global South-South Development Expo 2010*, 2010.

verifica a diminuição da prioridade dada a parcerias nesse sentido *vis-à-vis* a urgência de outros aspectos que Rousseff enfrentou durante seu mandato. Nesse sentido, a ambígua destituição da Presidenta em 2016 e a tradicional preferência do partido da situação por uma política externa voltada às relações com países desenvolvidos, em oposição à baixa prioridade conferida sobretudo às relações com aqueles capitaneados hoje por líderes de esquerda, indica um realinhamento geopolítico. Tal tendência, em consonância com o que assinalam Pomeroy e Waisbich (2016), parece apontar à negligência quanto ao eixo Sul-Sul, na tentativa de reaver a credibilidade internacional do país diante dos investidores estrangeiros e de fortalecer a inserção brasileira no mercado mundial em moldes mais conservadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a aspiração ainda atual de certos países pela reestruturação do equilíbrio de forças no sistema internacional, faz-se importante o debate acadêmico em torno das ideias de Terceiro Mundo e de Sul Global no quadro histórico das Relações Internacionais. Nesse contexto, este trabalho se propôs a discutir a questão do ponto de inflexão da transição entre as ideias de Terceiro Mundo e de Sul Global na estratégia da PEB, tendo como objetivo principal analisar a transposição do debate entre tais perspectivas ao caso brasileiro, de modo a identificar tal marco transitório nas diretrizes da estratégia diplomática do país. Afinal, entende-se que os propósitos perseguidos pelas nações envolvidas nessas concepções – dentre elas, o Brasil – fazem jus à voz que estas foram gradualmente conquistando no plano internacional, desde a segunda metade do século XX aos dias atuais, desafiando a lógica weberiana de que o capitalismo somente se desenvolveria em sociedades culturalmente propícias a sua acomodação.

Nesse sentido, a começar pelo debate acadêmico em torno de ambos os conceitos em questão no plano internacional, verificaram-se alguns aspectos, a fim de corroborar as considerações sobre o primeiro nível de análise. Em se tratando do Terceiro Mundo, notou-se que as perspectivas apresentadas, embora divergentes sobre as origens e as definições deste termo, apontaram a existência de um grupo de nações em desvantagem no sistema internacional, a partir da segunda metade do século passado. Fosse por seu desalinhamento político-ideológico, fosse por sua privação político-econômica em termos de desenvolvimento, a realidade era que surgia uma força alternativa em uma ordem mundial desgastada, que culminou na criação de um movimento político com o intuito de contestá-la. Assim, reconheceu-se a legitimidade histórica do Terceiro Mundo, dadas as conquistas que logrou no contexto em que surgiu e a grande influência que seus princípios têm até hoje na ordem internacional. Contudo, ao mesmo tempo, compreendeu-se que tais reivindicações tomaram novas formas, notando-se, portanto, uma adaptação às condições do sistema internacional contemporâneo, de modo que os mesmos países não mais protestam com vistas a uma mudança de sistema, senão que a uma mudança sistêmica⁵⁰, tornando o conceito ultrapassado para explicar a conjuntura internacional atual.

⁵⁰ De acordo com Robert Gilpin (1981), há três tipos de mudança no sistema internacional. A forma mais fundamental, embora mais rara, chamada mudança de sistema, consiste na alteração na natureza dos atores ou das entidades que o constituem. Já a mudança sistêmica, ou no sistema, envolve uma mudança na forma de governança do sistema. Finalmente, a mudança de interação tange à transformação das regras e dos direitos dentro do sistema.

Porém, justamente por seu legado, este trabalho considera que tal grupo de nações serviu como precursor de ideias surgidas posteriormente, que continuaram – e continuam – a tratar dessa parcela de nações marginais, mas em consonância com o decorrer dos eventos e das conjunturas do período pós-Guerra Fria, daí a ideia de Sul Global. Entretanto, a origem deste último termo vai além da percepção de um mundo dividido entre Norte e Sul e da demanda por participação política, desenvolvimento econômico e representatividade na produção do conhecimento. Afinal, esta análise converge com a proposta de Dirlik (2015) de que a noção de “sul”, propriamente dita, surgiu apenas com o advento da CSS, e a parte “global” do termo apareceu ainda posteriormente, em virtude da globalização e do fim da bipolaridade entre o fim dos anos 1980 e o início dos anos 1990.

É lógico que as características dos países que compõem este grupo de países estão – assim como alguns consideram terem estado, no caso do Terceiro Mundo – longe de serem homogêneas. Contudo, como salienta Boatcă (2015), a sua definição gira muito mais em torno da flexibilidade de se avaliar as tendências históricas, percebendo nelas padrões amplamente partilhados. Por isso, considera-se, como aponta Rehbein (2015), que Norte e Sul podem coexistir ou até mesmo se inverter no espaço geográfico. Afinal, na esfera das Ciências Sociais, os conceitos não precisam ser estáticos, considerados em seu restrito sentido literal, senão que podem e devem ser debatidos para serem adequados. Por isso, este trabalho admite também a legitimidade dessa concepção, identificando, em sua contemporaneidade e em suas inovações, um novo paradigma de relações internacionais entre os países menos favorecidos do sistema mundial, cuja capacidade explicativa parece melhor se adequar à conjuntura atual.

Portanto, embora não se possa considerar uma clara linearidade entre Terceiro Mundo e Sul Global, percebe-se uma relação de continuidade entre ambos os conceitos no âmbito das Relações Internacionais. Entretanto, retoma-se aqui a noção de Santos (2014) de que este último termo surgiu como uma alternativa que acabou por se adaptar ao sistema político-econômico vigente, pois o que antes consistia em perigo ao sistema capitalista internacional se torna hoje uma ameaça à hegemonia do Norte dentro deste próprio sistema. É nesse sentido que este trabalho conclui ser o Sul Global uma proposta de continuidade, mas ao mesmo tempo de atualização das reivindicações postuladas pelo terceiro-mundismo, posto que o mesmo grupo de países que antigamente defendia uma reforma na ordem internacional, hoje passa a pleitear mais moderadas – embora ainda reivindicatórias – no âmbito deste mesmo sistema.

Desse feito, seguiu-se ao estudo transposto ao plano nacional, quanto ao momento em que tais ideias se expressaram nas diretrizes da PEB. Inicialmente, a análise apresentada identificou na PEI de 1961 o marco temporal em que a diplomacia brasileira passou a valorizar o interesse nacional e o reposicionamento do país na ordem internacional como via ao desenvolvimento nacional autônomo, aproximando-se ao terceiro-mundismo. No entanto, com o golpe militar de 1964, a PEB abandonou drasticamente tal retórica em prol da exaltação dos valores ocidentais do país. Exatamente uma década mais tarde, porém, ao final na ditadura militar, o Terceiro Mundo ressurgiu nas diretrizes da política externa, assumindo a maior relevância que logrou ter na história brasileira. Portanto, constatou-se, entre as décadas de 1960 e 1980, um caráter oscilatório na PEB, que se inclinou ora aos países desenvolvidos, ora aos países subdesenvolvidos, dada a sua natureza conciliatória e pragmática. Não obstante, embora o Terceiro Mundo não tenha servido integralmente ao interesse nacional durante a maior parte desse período, compreende-se que tal perspectiva foi importante ao estimular, desde já, a inserção internacional brasileira, tornando-se precursor da valorização das relações Sul-Sul na PEB. Afinal, mesmo ficando o Brasil à margem de muitas das iniciativas do Terceiro Mundo, houve momentos de influência desse movimento em sua diplomacia, que introduziu nas diretrizes da PEB alguns importantes princípios terceiro-mundistas, principalmente ao final do período militar.

Contudo, a redemocratização, no plano interno, e o processo de globalização, somado à expectativa da consolidação do capitalismo, no plano internacional, abriram espaço ao neoliberalismo no país no final dos anos 1980. Assim, no início da década seguinte, a diplomacia brasileira acabou por negligenciar a perspectiva terceiro-mundista em prol da aproximação às grandes potências. A retomada da importância dos países do Sul na PEB só começou a ser notada a partir da segunda metade dos anos 1990, durante o segundo mandato FHC. Dada a crise daquele modelo e, por conseguinte, as mudanças nas relações do Brasil com os países desenvolvidos, buscou-se, então, ampliar o reconhecimento do país no sistema internacional como um todo para ampliar a sua capacidade de influência e diminuir a sua vulnerabilidade externa, criando mecanismos de diálogo e de cooperação. Assim, as diretrizes da PEB passaram a expressar a aproximação aos demais países menos desenvolvidos, a partir de uma lógica menos combativa e mais colaborativa, se comparada às formas de atuação do antigo Terceiro Mundo. Daí uma maior inclinação no sentido de um esforço coletivo de identificação e de sistematização de

configurações das relações Sul-Sul como estratégia alternativa e acessória que, conforme lembrou o Carlos Puente (2010), nunca foram excludentes do relacionamento com as grandes potências.

Todavia, tal prioridade ficou mais clara a partir de Lula, quando as diretrizes da PEB refletiram uma inserção internacional mais autônoma do país, a fim de que o Brasil obtivesse papel de destaque dentre os países do Sul. Assim, passou-se a notar as primeiras – e cada vez mais constantes – menções à CSS *per se* nos discursos de política externa, que foram se consolidando e finalmente deram origem à noção de parte de um Sul Global. Tal reformulação das relações internacionais do país se deu, porém, muito mais no sentido de se adaptar ao regime internacional vigente de maneira conveniente ao interesse nacional, do que de substituí-lo. É lógico que, como quaisquer relações de cooperação internacional, a CSS praticada pelo Brasil possui seus interesses – assim como os países que cooperam consigo também o possuem. Entretanto, a partir desta análise, percebe-se que o Brasil se envolveu nesse tipo de iniciativa como meio de aumentar sua capacidade de influenciar a tomada de decisão na esfera global, parecendo claro o fato de que o país não vise a submeter aqueles relativamente mais fracos com os quais coopera ao seu domínio – inclusive, pois nem teria capacidade para tanto.

Portanto, aplicando-se o debate conceitual à análise de caso do Brasil, vale notar, primeiramente, que as propostas do Terceiro Mundo não se difundiram na mesma medida para a América Latina, conseqüentemente não impactando a PEB na mesma intensidade com que a perspectiva de Sul Global o fez. Exemplo disso foi a tímida participação do Brasil no MNA, em comparação ao seu crescente envolvimento em parcerias como o BRICS e o IBAS, dada a sua recente condição de país emergente no sistema internacional. Dessa forma, este trabalho entende que, embora o país tenha passado a considerar a ideia de um Sul em detrimento à de Terceiro Mundo nas diretrizes de sua política externa a partir da segunda metade dos anos 1990, inclusive com maior afinco do que em relação à anterior devido às razões supracitadas, foi apenas na década seguinte que se pode identificar tal perspectiva com maior evidência na estratégia diplomática do país.

Nesse período que se seguiu, passou a ser notável não apenas o envolvimento do Brasil, como também a sua liderança em muitas das iniciativas tomadas no âmbito da CSS, vindo a ideia de Sul Global a se encaixar de forma mais natural à situação do país na virada do século, conforme observado ao longo deste estudo. Além disso, o destaque do Brasil como uma economia emergente no sistema internacional coincidiu com um momento

histórico da ascensão de outras potências médias de um grupo de países, com cujo caráter reivindicatório mais moderado de adaptação às mudanças sistêmicas a diplomacia brasileira pareceu demonstrar maior identificação. Por isso, refina-se a hipótese deste trabalho quanto ao momento da transição conceitual entre o Terceiro Mundo e o Sul Global nas diretrizes da PEB, na medida em que se conclui que tal inflexão ocorreu, no caso brasileiro, na primeira metade dos anos 2000. Para além do fim da Guerra Fria, da intensificação da globalização e da consolidação da redemocratização interna – cujas consequências significativas para a década de 1990 se reconhecem aqui –, a efetiva adoção da noção de um Sul Global como parte da estratégia diplomática brasileira somente foi possível com a virada do milênio, marcada pelo fortalecimento e pela institucionalização da Cooperação Sul-Sul, paralelos ao amadurecimento do Brasil como potência média.

Contudo, para finalizar esta análise, cabe notar a constatação de que, desde o primeiro mandato de Rouseff, a eficiência dos pilares sobre os quais se sustentou a PEB dos anos 2000 parece ter começado a se interromper pouco a pouco, de modo que a importância do Sul Global ao final de seu governo acabou por se focar no âmbito comercial. Com a deposição da Presidenta, o novo governo parece manter tal linha de atuação; porém, a diplomacia brasileira dificilmente reorientará suas diretrizes em prol da retomada da prioridade antes concedida à valorização equivalente das relações do Brasil com o Sul Global. Soma-se a isso, ainda, um contexto de diminuição do espaço relativo das parcerias dentre tais nações em geral, devido aos efeitos da última crise internacional nesses países, naturalmente menos estáveis. Dessa forma, observa-se que esse quadro tende a pôr em questão o destino do Sul Global como parte da estratégia da PEB, daí o principal motivo de se compreender a sua importância.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**. 2016. Disponível em:

<<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Acesso em: 8 mai. 2016.

ALDEN, Chris; MORPHET, Sally; VIEIRA, Marco Antonio. **The South in World Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2010. Disponível em:

<www.palgraveconnect.com/pc/doifinder/view/10.1057/9780230281196>. Acesso em: 24 set. 2016.

AMIN, Samir. **Pioneer of the Rise of the South**. New York: Springer, 2014. (Springer Briefs on Pioneers in Science and Practice, v. 16).

BATISTA, Paulo. A Política Externa de Collor – Modernização ou Retrocesso?. **Revista Política Externa**, v. 1, n. 4, São Paulo, 1993.

BAUER, Peter. **Equality, the Third World, and Economic Delusion**. Boston: Harvard University Press, 1981.

BOATCĂ, Manuela. Not having neutral terms does not equal having no terms at all: Interview. **The Global South**, Cologne, v. 1, n. 1, p. 16-18, 2015. Global South Studies Center Cologne. Disponível em: <<http://kups.ub.uni-koeln.de/6399/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva. **Discursos Selecionados**. Brasília: MRE, 2008. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/505-discursos_selecionados_lula.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. Presidente da República: Dilma Rousseff. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Brasília: Planalto da Presidência da República. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-Presidenta/discurso-da-Presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Ministério das Relações Exteriores**. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. **Resenha de Política Exterior**. Brasília: MRE, n. 107, 2010. Semestral. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha107_2_2010.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. **Resenha de Política Exterior**. Brasília: MRE, n. 105, 2009. Semestral. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha105_2_2009.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. **Resenha de Política Exterior**. Brasília: MRE, n. 112, 2013. Semestral. Disponível em:
<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N112_1Sem_2013.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. **Resenha de Política Exterior**. Brasília: MRE, n. 114, 2014. Semestral. Disponível em:
<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N114_1Sem_2014.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

BURGES, Sean W.. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. **International Relations**, [s.i.], v. 22, n. 1, p.65-84, 1 mar. 2008. SAGE Publications. Disponível em:
<https://www.academia.edu/1046484/Consensual_Hegemony_Theorizing_Brazilian_Foreign_Policy_after_the_Cold_War>. Acesso em: 02 jun. 2016.

CAIXETA, Marina Bolfarini. **Cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional**: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em:
<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15924/1/2014_MarinaBolfarineCaixeta.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

CANANI, Ney. **Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994)**: continuidade e renovação de paradigma nos anos 90. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política**: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Henrique Carlos de. Cultura política, democracia e hegemonia. In: **ACESSA. Gramsci e o Brasil**. Disponível em:
<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=102>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

CENTRO CELSO FURTADO. **Desenvolvimentismo**. 2016. Disponível em:
<http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=72>. Acesso em: 13 nov. 2016.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANNI, Tullo. Lula's foreign policy and the quest for autonomy through diversification. **Third World Quarterly**, London, v. 28, n. 7, p. 1309-1326, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. Declaração de Brasília, 6 de junho de 2003. **Fórum de Diálogo Brasil, Índia e**

África do Sul. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/7745fcb0-5759-4edc-b8b2-8a1e81c2a9fc>>. Acesso em: 14 mai, 2016.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946 – 2006.** ed. rev. e atual. Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2016.

CÔRTEZ, Octávio Henrique Dias Garcia. **A política externa do governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia.** Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/910-Politica_Externa_do_Governo_Sarney_A.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2016.

DIRLIK, Arif. Global South. **The Global South**, Cologne, v. 1, n. 1, p. 13-14, 2015. Global South Studies Center Cologne. Disponível em: <<http://kups.ub.uni-koeln.de/6399/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DOS SANTOS, Theotonio. **A Teoria da Dependência.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. v. 1.

ERIKSEN, Thomas Hylland. **The Global South**, Cologne, v. 1, n. 1, p. 3-4, 2015. Global South Studies Center Cologne. Disponível em: <<http://kups.ub.uni-koeln.de/6399/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

ESCOBAR, Arturo. Beyond the Third World: imperial globality, global coloniality and antiglobalization social movements. **Third World Quarterly**, London, v. 25, n. 1, p. 207-230, 2004. Disponível em: <<http://www3.nd.edu/~druccio/Escobar.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

FIGUEIRA, Ariane. **Introdução à Análise de Política Externa.** São Paulo: Saraiva, 2011.

FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). **Documentos da Política Externa Independente.** 1ª ed. Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/410-Documents_da_Politica_Externa_Independente_-_Vol._1.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO – FUNAG. **Horácio Lafer.** 2016. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=140%3Aafonso-arinos-de-melo-franco&catid=55%3AMinistros&Itemid=92>. Acesso em: 20 nov. 2016.

GILLESPIE, Sandra. Diplomacy on a South-South Dimension. In: SLAVIK, Hannah (Ed.). **Intercultural Communication and Diplomacy.** Geneva: DiploFoundation, 2004. Disponível em: <[http://www.diplomacy.edu/sites/default/files/IC%20and%20Diplomacy%20\(FINAL\)_Part8.pdf](http://www.diplomacy.edu/sites/default/files/IC%20and%20Diplomacy%20(FINAL)_Part8.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2016.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os militares na política externa brasileira: 1964-1984**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1964/1103>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais: Epistemologias do Sul**, Coimbra, v. 80, p.115-147, mar. 2008. Trimestral. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/697>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GROUP OF THE 77 – G77. **Joint Declaration of the Seventy-Seven Developing Countries made at the Conclusion of the United Nations Conference on Trade and Development**. 1964. Disponível em: <<http://www.g77.org/doc/Joint%20Declaration.html>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Letícia. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 1, p. 5-23, ano 38, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Revolutions: 1789-1848**. New York: Vintage Books, 1962.

_____. **The Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991**. New York: Vintage Books, 1994.

HOROWITZ, Irving Louis. **Three Worlds of Development: the theory and practice of international stratification**. Oxford: Oxford University Press, 1966.

HURRELL, Andrew. ‘Narratives of emergence: Rising powers and the end of the Third World?’. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 33, n. 2, 2013.

JARDIM, Camila. Política externa brasileira e os novos arranjos de Cooperação Sul-Sul: uma análise do IBAS e do BRICS. In: Encontro Nacional da ABRI, 5, 2015, Belo Horizonte. **Anais Complementares**. Belo Horizonte: Abri, 2015. p. 1 - 1. Disponível em: <<http://www.encontronacional2015.abri.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=16>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

KIM, Samuel S.. China and the Third World: In Search of a Neorealist World Policy. In: Kim, Samuel S. (Ed.). **China and the World: Chinese Foreign Policy in the Post Mao Era**. Boulder: Westview Press, 1984, 178-211.

_____. China and the Third World in the Changing World Order. In: _____. (Ed.). **China and the World: Chinese Foreign Relations in the Post-Cold War Era**. Boulder: Westview Press, 1994.

LAFER, Celso. Brasil: dilemas e desafios da política externa. **Estudos Avançados**, [online], v.14, n.38, p.260-267, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100014>. Acesso em: 15 nov. 2016.

LARON, Guy. Semi-peripheral countries and the invention of the “Third World”, 1955-65’, **Third World Quarterly**, v. 35, n. 9, p. 15-48, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268884853_Semi-peripheral_countries_and_the_invention_of_the_'Third_World'_1955-65>. Acesso em: 15 set. 2016.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_sul_sul.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, 1998, v.41, [s.i.], p. 29-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300003>. Acesso em: 02 mar. 2016.

LIMA, Rafael Mesquita de Souza. **A identidade internacional do brasil emergente no discurso do governo e da imprensa**. 2015. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15263>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. **Brasil, Índia e África do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LIN, Zhimin. China's Third World Policy. In: HAO, Yufan; HUAN, Guocang (Ed.). **The Chinese View of the World**. New York: Pantheon Books, 1989. p. 225-260. 1989

MAGALLANES, Rodolfo. On the Global South. **The Global South**, Cologne, v. 1, n. 1, p. 9, 2015. Global South Studies Center Cologne. Disponível em: <<http://kups.ub.uni-koeln.de/6399/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MALAMUD, A.; RODRIGUEZ, J. Com um pé na região e outro no mundo: o dualismo crescente na política externa brasileira. **Estudos internacionais**, Belo Horizonte, v.1, n. 1, p. 167-83, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/ICS_AMalamud_ComUmPe_ARI.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

MEHMET, Ozay. **Westernizing the Third World**. 2. ed. New York And London: Routledge, 2002. Disponível em: <http://samples.sainsburysebooks.co.uk/9781134626472_sample_682522.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MENDÉZ, Álvaro. Discussion on the Global South. **The Global South**, Cologne, v. 1, n. 1, p. 9, 2015. Global South Studies Center Cologne. Disponível em: <<http://kups.ub.uni-koeln.de/6399/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MESQUITA, Rafael; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. **Legitimising Emerging Power Diplomacy: an Analysis of Government and Media Discourses on Brazilian Foreign Policy under Lula**. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, jan./abr. 2016, p.385-432. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292016000100385&script=sci_abstract>. Acesso em: 14 jul. 2016.

MIGNOLO, Walter. Geopolitics of Sensing and Knowing On (De)Coloniality, Border Thinking, and Epistemic Disobedience. **Transversal Texts**. European Institute for Progressive Cultural Policies, n. p. set. 2011. Disponível em: <<http://eipcp.net/transversal/0112/mignolo/en>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

_____. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. **The South Atlantic Quarterly**, Durham, v. 101, n. 1, winter 2002. Duke Press Univeristy. Disponível em:<http://www.unice.fr/crookall-cours/iup_geopoli/docs/Geopolitics.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciência sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005 (Colección Sur-Sur). Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2016.

MUHR, Thomas. Beyond ‘BRICS’: ten theses on South–South cooperation in the twenty-first century. **Third World Quarterly**, London, v. 37, n. 4, p.630-648, 24 mar. 2016. Mensal. UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2015.1108161>. Disponível em: <[http://eprints.nottingham.ac.uk/32543/1/MUHR2016_TWQ_Beyond BRICS Final](http://eprints.nottingham.ac.uk/32543/1/MUHR2016_TWQ_Beyond_BRICS_Final)>. Acesso em: 02 jun. 2016.

NEPAL. Institute of Foreign Affairs. **Summit Declarations of Non-Aligned Movement (1961-2009)**. 2011. Disponível em: <www.namiran.org/wp-content/uploads/2013/04/Declarations-of-All-Previous-NAM-Summits.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2016.

OGUNSANWO, A.. **China’s Policy in Africa: 1958-71**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, abr./jun. 2010.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. 66. ed. [online]: Goldman Sachs, 2001. (Global Economics Paper). Disponível em: <www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em: 12 mai, 2016.

PAGE, John. The East Asian Miracle: Four Lessons for Development Policy. In: FISCHER, Stanley; ROTEMBERG, Julio J. (Ed.). **NBER Macroeconomics Annual 1994**. Cambridge: MIT Press, 1994. p. 219-282. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.362.1228&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Nosso trabalho**: Cooperação Sul-Sul. 2016. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/CooperacaoSulSul.aspx>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

PINO, Bruno Ayllón. La cooperación de Brasil: un modelo en construcción para una potencia emergente. **Análisis del Real Instituto Elcano**, Madrid, v. 143, p.1-9, 25 fev. 2010. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/8c0a61804436f2f095c3f77015846f3f/ARI143-2010_Ayllon_cooperacion_Brasil_modelo_potencia_emergente.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=8c0a61804436f2f095c3f77015846f3f>. Acesso em: 02 jun. 2016.

PINO, Bruno Ayllón. **Texto para discussão**: A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. 1845 v. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1845.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

POMEROY, Melissa; WAISBICH, Laura. O lugar do Sul na política externa brasileira do governo provisório. **Carta Capital**, [online], maio 2015. Política, Seção. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-lugar-do-sul-na-politica-externa-brasileira-do-governo-provisorio>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

POTTHAST, Barbara. Voices from around the world (GSSC) // Prof. Dr. Barbara Potthast, Universität zu Köln: interview. [28 jul. 2015]. Cologne: **Global South Studies Center Cologne**: 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6zNylIUkC7s>>. Acesso em: 15 jul. 2016.)

PUENTE, Carlos. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa**: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0715.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

PUTNAM, Robert D.. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International Organization**, Cambridge, v. 42, n. 03, p.427-460, jun. 1988. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300027697>>. Acesso em: 27 maio 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur-Sur). Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 02 mai, 2016.

QUILLIGAN, James Bernard. **The Brandt Equation: 21st Century Blueprint for the New Global Economy**. Philadelphia: Brandt 21 Forum, 2002. Disponível em: <<http://www.brandt21forum.info/brandtequation-19sept04.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini. Desafios da Política Externa brasileira em relação à Cooperação Sul-Sul. **Carta Capital**. [online], set. 2015. Política, Seção. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/desafios-da-politica-externa-brasileira-em-relacao-a-cooperacao-sul-sul-5416.html>>. Acesso em: 17 set. 2016.

REHBEIN, Boike. Critical Theory after the Rise of the Global South. **Transcience Journal**, Berlim, v. 1, n. 2, p.1-17, 2010. Semestral. Disponível em: <http://www2.hu-berlin.de/transcience/Vol1_Issue2_2010_1_17.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

RIGG, Jonathan. The Global South. **The Global South**, Cologne, v. 1, n. 1, p. 6-7, 2015. Global South Studies Center Cologne. Disponível em: <<http://kups.uni-koeln.de/6399/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

ROSTOW, Walt Whitman. **The Five Stages of Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SANTOS, Boaventura Sousa. Master Class #2 - O que são e para que servem os diálogos Sul-Sul?: aula magna. [09 abr. 2014]. Coimbra: **Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra**, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pyypI-moUbm>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SARFATI, Gilberto. Neo-Realismo. In: SARFATI, Gilberto. **Teorias das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 143-154.

SAUVY, Alfred. Trois mondes, une planète. **L'Observateur**, Paris, v. 118, p.1-14, 14 ago. 1952. Disponível em: <<http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

SENNES, R. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, André Reis da. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso**. Curitiba: Juruá, 2009.

_____. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, [online], v.37, n.1, p.143-184, 2015.

SILVA, André Luiz Reis da; SPOHR, Alexandre Piffero; SILVEIRA, Isadora Loreto da. From Bandung to Brasília: IBSA and the political lineage of South–South cooperation. **South African Journal Of International Affairs**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.167-184, 2 abr. 2016.

SOLARZ, Marcin Wojciech. “Third World”: The 60th anniversary of a concept that changed history’. **Third World Quarterly**, 33.9, p. 1570–1, 2012.

SOUTO MAIOR, Luiz Augusto. O Pragmatismo Responsável. In: ALBUQUERQUE, José A. G.; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio H. N.(Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006. p. 433-466.

STUENKEL, Oliver. **Institutionalizing South-South Cooperation: Towards a New Paradigm?** New York: United Nations, 2013. (High Level Panel on the Post-2015 Development Agenda). Disponível em: <http://www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/05/Stuenkel_Institutionalizing-South-South-Cooperation-Towards-a-New-Paradigm.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

ULLRICH, D. Regina; CARRION, R. da Silva Machado. Em análise a cooperação “Sul-Sul”: ruptura ideológica ou reprodução?. **Política; Sociedade**, v. 12, n. 25, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2013v12n25p65>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

UNITED NATIONS OFFICE FOR SOUTH-SOUTH COOPERATION – UNOSSC. **Background**. 2016. Disponível em: <<http://ssc.undp.org/content/ssc/about/Background.html>>. Acesso em: 12 set. 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM – UNDP. **The Buenos Aires Plan of Action**. Buenos Aires: Special Unit for TCDC, 1994. Disponível em: <<http://ssc.undp.org/content/dam/ssc/documents/Key%20Policy%20Documents/Buenos%20Aires%20Plan%20of%20Action.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

UNITED NATIONS – UN. Resolution adopted by the General Assembly 3201 (S-VI). Declaration on the Establishment of a New International Economic Order, 1 May 1974. **General Assembly**. Disponível em: <www.un-documents.net/s6r3201.htm>. Acesso em: 14 abr. 2016.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**. [online]. vol.15, n.2, 2003, p.31-61. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200003>. Acesso em: 15 jun. 2016.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. Os investimentos brasileiros na África no governo Lula: um mapa. **Revista Boletim Meridiano** 47, v. 12, n. 128, nov.-dez. 2011, p. 3-9. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4242/4749>. Acesso em: 29 abr. 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Terceiro Mundo ou Sul Global?. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v.4, n.8, p.7-8, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/59186/35320>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964)**: o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente. Ed. Vozes: Petrópolis, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. 1974. **The modern world-system**: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. New York: Academic Press. Disponível em:< <http://bev.berkeley.edu/ipe/readings/Wallerstein.pdf> >. Acesso em: 31 jul, 2016.

_____. **World-system Analysis**: an introduction. London: Duke University Press, 2004.